



A baderna, a sociedade doente e o roubo endêmico

Pág: 04, 05, 06, 21, 22, 23, 26 e 28

CARTA DA SEMANA

Com revista de **LOGÍSTICA** & supply chain

Director: Marcelo Mosse • Sábado 12 de Julho de 2025 • Edição Nº 44 • Ano 1 • Editor: Milton Machel

INSS: SACO AZUL *BOLADAS VERMELHAS*

Pág: 02



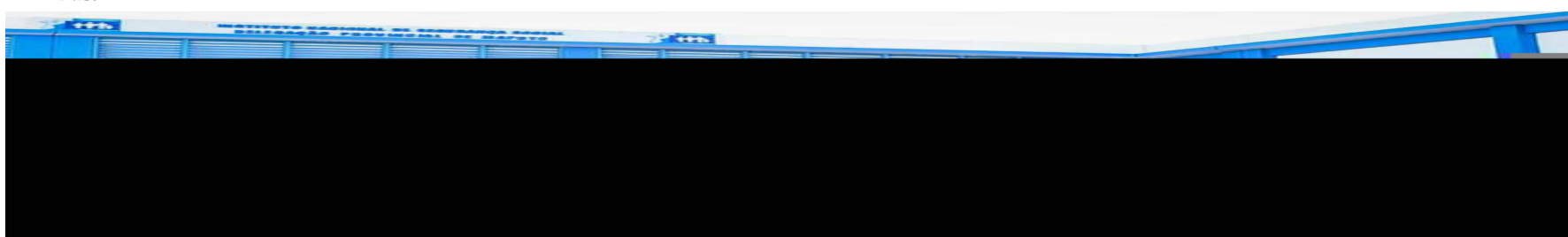
Chapo sob ameaça do predador China



‘A China pode impor “contrapartidas predatórias”, exigindo acesso favorável a matérias-primas, em troca da reestruturação da dívida de Moçambique, proposta pelo Presidente da República, Daniel Chapo, alertou à “Carta” o pesquisador João Feijó. “Moçambique está aflito e com enormes dificuldades para pagar a sua dívida e isso deixa o país numa situação de maior vulnerabilidade, quando se trata de reestruturar a dívida pública”, afirmou Feijó, investigador do Observatório do Meio Rural (OMR). Pequim, prosseguiu, tem uma necessidade voraz de matérias-primas e Moçambique dispõe de recursos naturais que podem entrar na equação.

Pág: 03

Pub.



INSS quer entrar na estrutura accionista da LAM?

“Banco dos pobres” em mais um voo ruinoso?

O recente anúncio do Governo de que o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) “manifestou a vontade” de integrar a estrutura accionista da LAM trouxe à memória o histórico de negócios ruinosos em que o chamado “banco dos pobres” já se envolveu, causando uma onda de choque junto de pensionistas que vivem revoltados face às míseras pensões que auferem, após décadas de prestações que canalizaram.

Texto: José Machicane

O fracasso mais retumbante na carteira de negócios em que o INSS já se meteu aconteceu em 1999. Cedendo a pressões políticas, a instituição ficou com 77% do Banco Mercantil e de Investimentos (BMI), em parceria com a Electricidade de Moçambique (15%) e a SPI - Gestão de Investimentos, a holding da Frelimo. Em resultado do que na altura era quase insolvência, o BMI precisou de mais injeção de capital, obrigando o INSS a meter mais de quatro milhões de dólares, passando a entidade financeira a designar-se Nosso Banco.

A situação negativa levou o Banco de Moçambique a intervir, em 2015, para “proteger os interesses dos depositantes”, saldando-se depois na sua liquidação.

Centenas de pequenos depositantes do Nosso Banco tiveram os seus fundos devolvidos, mas o INSS nunca recuperou os investimentos que realizou na instituição.

O alegado interesse em ser parte da estrutura accionista da LAM não é a primeira aventura do INSS na aviação comercial. Em 2014, através de um memorando de entendimento, a instituição emprestou, em circunstâncias obscuras, 84 milhões de meticais à CR Aviation, do falecido empresário Rogério Manuel, para a compra de quatro aeronaves que seriam necessárias para a actividade da transportadora.

As circunstâncias em que o em-



préstimo foi concedido resultou na detenção, em 2019, do então presidente do INSS, Francisco Mazoio, e do director-geral, Baptista Machaieie, uma vez que a operação foi feita sem que a CR Aviation estivesse cotada em bolsa e sem o visto do Tribunal Administrativo, como exigem as normas que disciplinam o funcionamento daquela instituição.

Os fundos eram parte de um acordo que permitiria que o “banco dos pobres” passasse a accionista daquela transportadora aérea e devia, no total, realizar sete milhões de dólares de capital.

Francisco Mazoio era acusado de crimes de abuso de cargo ou função, simulação e peculato, Baptista Machaieie dos mesmos três crimes, e Miguel Ribeiro, então director-geral da CR Aviation de ser cúmplice nos crimes de simulação e peculato.

Machaieie acabou condenado a oito anos de cadeia, enquanto Mazoio e Ribeiro foram absolvidos.

O tribunal também condenou o então director-geral do INSS ao pagamento de uma indemnização de 84 milhões de meticais, por prejuízos ao Estado, o que nunca chegou a acontecer.

“O INSS não pode fazer empréstimos, de acordo com o Regulamento de Segurança Social Obrigatória, no capítulo que versa sobre investimentos. O empréstimo foi feito à margem do regulamento, o que substancia ilegalidade”, disse, durante o julgamento, Alfredo Mauaie, que substituiu Baptista Machaieie, no cargo de director-geral do INSS.

“Não queremos o nosso dinheiro numa LAM morta”

Um grupo de pensionistas manifestou oposição contra notícias de que o INSS poderá entrar na estrutura accionista da LAM, enfatizando que a companhia de bandeira está “morta”.

“Para nós, logo que ouvimos este assunto, o nosso sentimento é de chumbar esta proposta, porque a LAM está morta, há muito tempo”, afirmou um representante do grupo, em declarações a um canal privado de televisão.

Repudiou as baixas pensões que o INSS paga, apesar de se aventurar em investimentos de retorno duvidoso.

No anúncio que fez na última

semana, o porta-voz do Conselho de Ministros, Inocêncio Impissa, afirmou que a entrada do INSS na estrutura accionista da LAM é uma possibilidade que depende de outras condicionantes.

“É preciso estudar melhor a possibilidade, porque, como sabem, enquanto as três empresas que corporizam a estrutura accionista da LAM actual são empresas públicas, com capitais públicos, o INSS não. O INSS tem capitais privados e particulares, em particular, dos trabalhadores”, afirmou Impissa.

Explicou que o modelo de entrada do INSS pode ser diferente, “mas é um espaço aberto para continuar a discutir e negociar”.

“Ainda não está confirmado, ao que sabemos, sobre a entrada ou não do INSS, mas é uma possibilidade”, declarou.

Em Fevereiro, o Governo anunciou que a HCB, CFM e EMOSE deverão ficar com 91% por cento das acções da LAM, embolsando 130 milhões de dólares, para a operação. O valor será usado na aquisição de oito aviões e reestruturação da LAM.

ONU alerta: crise humanitária agravou em Moçambique

O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) registou, no último mês, um agravamento da crise humanitária causada pela escassez de financiamento, desastres naturais e escalada da violência armada na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique.

“A escalada de violência por parte de Grupos Armados Não Estatais (GANE) continuou a provocar deslocamentos, interromper serviços essenciais, restringir severamente os movimentos, agravar a insegurança alimentar e impedir a prestação de assistência vital”, diz o relatório.

Segundo o documento, “no dia 24 de Junho, 568 indivíduos, incluindo 324 crianças, fugiram dos ataques na aldeia de Quinto Congresso em direcção à sede do distrito de Macomia, já superlotada”, elevando “o número total de pessoas deslocadas pelo conflito para 48.000 desde 1 de Janeiro”.

Os novos movimentos extremistas no norte de Moçambique incluem também Niassa, província que faz limite com Cabo Delgado, onde decapitaram pelo menos dois guardas florestais.

O relatório reconhece que o governo moçambicano facilitou os retornos em Macomia, Metuge e Montepuez,

em Cabo Delgado, e recentemente em Mecula, Niassa, “em grande parte motivado pela assistência humanitária inadequada e pela superlotação nos locais para deslocados internos”.

“Os retornados não encontraram nada nas suas áreas de origem, pois, as suas casas, machambas e meios de subsistência foram destruídos e os serviços básicos não foram restabelecidos. Aqueles que optaram pelo reassentamento constataram que os locais propostos careciam de serviços essenciais. A falta de resposta aos retornos aumenta a vulnerabilidade e o risco de protecção”, diz o documento.

A organização também apontou as persistentes “necessidades e lacunas pós-ciclone” como um grande desafio. “Com restrições de financiamento, as pessoas afectadas pelos três ciclones recentes, que, além de destruir milhares de casas e infra-estrutura, causaram cerca de 175 mortes no norte e no centro do país, ainda precisam de assistência adequada”.

“As primeiras avaliações realizadas desde Março nos distritos de Lalaua e Mucate, em Nampula, revelaram que um total de 70.000 pessoas foram afectadas pelos ciclones, mas não receberam assistência desde Março”, acrescentou o relatório da OCHA. (AIM)

Chapo quer reestruturar dívida de Moçambique para com a China Dragão pode impor “contrapartidas predatórias” à Mamba

A China pode impor “contrapartidas predatórias”, exigindo acesso favorável a matérias-primas, em troca da reestruturação da dívida de Moçambique, proposta pelo Presidente da República, Daniel Chapo, alertou à “Carta” o pesquisador João Feijó. “Moçambique está aflito e com enormes dificuldades para pagar a sua dívida e isso deixa o país numa situação de maior vulnerabilidade, quando se trata de reestruturar a dívida pública”, afirmou Feijó, investigador do Observatório do Meio Rural (OMR). Pequim, prosseguiu, tem uma necessidade voraz de matérias-primas e Moçambique dispõe de recursos naturais que podem entrar na equação.

Texto: José Machicane

“A China tem disponibilizado recursos financeiros colossais aos países africanos e no quadro da internacionalização das suas empresas, em troca de matérias-primas, numa abordagem assente na delapidação e em coligação com elites dos partidos no poder”, enfatizou João Feijó.

Feijó assinalou que os governos da Frelimo se viraram para a China, para poderem manter o Estado a funcionar e proteger os seus interesses, depois do esfriamento das relações com o Ocidente, na sequência da descoberta das dívidas ocultas.

“As elites da Frelimo que controlam o Estado tiveram de intensificar esta abordagem de diversificação de fontes de financiamento, depois dos cortes provocados pela descoberta das dívidas ocultas”, sublinhou o pesquisador do OMR.



“Os BRICS, tendo lá países com relações históricas com Moçambique, foram uma alternativa lógica para o financiamento. É por isso que temos a dívida à China a um nível hercúleo”, sublinhou João Feijó.

Temos de suavizar a pressão - Chapo

O Presidente moçambicano disse recentemente que o país está a estudar a possibilidade de propor à China a reestruturação da dívida, visando “suavizar a pressão” colocada pelo cumprimento dos encargos com a despesa pública.



“Reescalonamento ou mesmo perdão da dívida que temos com os nossos maiores credores bilaterais é uma ideia estranha”, afirmou Daniel Chapo, em entrevista à agência de notícias financeiras norte-americana Bloomberg.

Chapo assinalou que a renegociação da dívida será feita num contexto de parceria e dos acordos em vigor, realçando que Moçambique é um país empenhado no cumprimento dos seus compromissos.

De acordo com aquela agência noticiosa, Moçambique vai juntar-

-se a países como Gana, Zâmbia e Etiópia no esforço de reestruturação da dívida, que se agravou devido aos elevados custos de crédito e crescente despesa pública.

A China detém mais de 14% da dívida pública externa de Moçambique, sendo o maior credor bilateral do país, com um ‘stock’ de 1.383 milhões de dólares, segundo dados do Governo moçambicano.

Segue-se, ainda entre os credores bilaterais, o Japão, com 406,88 milhões de dólares, um peso de 4,1%, e Portugal surge em terceiro lugar, com um peso de 3,9% do total da dívida externa moçambicana.

No último trimestre de 2024, o país falhou o pagamento de mais de 40 milhões de dólares de dívida externa e justificou o incumprimento com as dificuldades criadas pelas manifestações contra os resultados das eleições gerais de Outubro.

Na contramão do Cenário Fiscal de Médio Prazo 2026-2028

MIREME nega que receitas do gás do Rovuma vão baixar nos próximos anos

O Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME) negou esta semana que as receitas do gás da Bacia do Rovuma poderão baixar a partir deste ano, tal como perspectiva o Cenário Fiscal de Médio Prazo 2026-2028, divulgado semana finda pelos Ministérios das Finanças e da Planificação e Desenvolvimento.

Segundo António Manda, Secretário Permanente do MIREME, os ganhos provenientes da exploração do gás natural da Bacia do Rovuma, pela italiana ENI, deverão crescer ao longo dos anos. Assegura que nem o seu Ministério e muito menos a ENH (Empresa Nacional de Hidrocarbonetos) estão informados da possível queda das receitas do gás a partir de 2025.

De acordo com o Cenário Fiscal de Médio Prazo 2026-2028, um instrumento fundamental de planificação e orçamentação das finanças públicas, as receitas do gás natural do Rovuma deverão registar uma tendência de queda a partir deste ano até 2026, devendo registar uma melhoria em 2027 (inferior ao desempenho de 2024) e uma nova queda em 2028.

O documento revela que as receitas

do Gás Natural Liquefeito (GNL) aumentaram 21,8% em 2024 face a 2023, totalizando 91.8 milhões de USD. Porém, em 2025 deverão baixar 13,8%, em relação a 2024, situando-se em 79.2 milhões de USD. A queda deverá ser ainda maior em 2026, período em que a redução será de 16,4% face ao ano de 2024, fixando-se em 76.8 milhões de USD.

Em 2027, o cenário deverá registar alguma melhoria, com as receitas do gás natural da bacia do Rovuma a crescerem para 77.8 milhões de USD, porém, longe do desempenho reportado em 2024. Em 2028, o sector deverá registar uma nova queda, com as receitas a descenderem para 75.7 milhões de USD.

“Não temos essa informação de que há uma queda dos ganhos desse projecto. Os ganhos vão aumentando ao longo dos anos e não há essa informação por parte do Ministério dos Recursos Minerais e Energia e do braço comercial do Estado, que é a ENH”, disse Manda, em declarações a um grupo de jornalistas que visitou, esta semana, a Plataforma Flutuante de Liquefação de Gás Natural, operada pela ENI.

“Esta diminuição decorre da estabilização da produção, combinada com a

expectativa de preços menos favoráveis no mercado internacional, reflectindo-se numa variação negativa da receita do Estado proveniente do GNL nesses anos”, explica o documento elaborado pelos Ministérios das Finanças e da Planificação e Desenvolvimento.

O documento explica, aliás, que a produção e exportação de gás natural liquefeito (GNL) e condensado da Coral Sul atingiu um nível superior a 90% da sua capacidade total em 2024, projectando-se que essa taxa de utilização se mantenha estável em 2026 e 2027.

Porém, apesar desse facto e do desempenho positivo registado até 2024, “as previsões de receita do GNL continuam sujeitas a riscos significativos”, destacando-se a volatilidade dos preços internacionais do petróleo e do gás, fortemente influenciados por eventos geopolíticos, bem como pelas decisões da OPEP+ (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) sobre os níveis de produção.

A transição energética, impulsionada por compromissos climáticos e avanços tecnológicos, é também apontada como sendo um entrave ao crescimento das receitas do gás do Rovuma. O Governo

afirma que a transição energética tem acelerado a competitividade de fontes alternativas como energia solar, eólica e hidrogénio verde, facto que “poderá pressionar os preços do gás natural no longo prazo”.

“Neste contexto, as receitas do Estado provenientes do GNL podem sofrer flutuações relevantes, exigindo uma gestão prudente e contracíclica, como preconiza a Lei do Fundo Soberano”, sentenciam os Ministérios das Finanças e da Planificação e Desenvolvimento, sublinhando que “as previsões de receitas do GNL baseiam-se em premissas sobre a produção futura de GNL, os custos do projecto e os preços projectados do petróleo”, dados esses “fornecidos pelas concessionárias”.

Na entrevista, António Manda garantiu que o controlo da produção é rigoroso. “Não pode haver nenhuma dúvida para qualquer moçambicano que o controlo é rigoroso. A indústria de gás, diferentemente dos minerais sólidos que é muito difícil controlar, é muito simples. Há medida de aferição. O controlo é conjunto, o regulador está sempre aqui na Plataforma, a ENH está sempre presente aqui na Plataforma exactamente porque participa no negócio”. (Abilio Maolela)

A baderna dos chapas nas horas de ponta em Maputo

A visão geral de Inteligência Artificial (IA), do motor de busca Google, classifica Baderna como “uma palavra do português brasileiro com múltiplos significados, sendo os mais comuns confusão, desordem, tumulto ou bagunça (...) A origem mais curiosa e difundida da palavra baderna remete à bailarina italiana Marietta Baderna, que emigrou para o Brasil em 1849. A grande quantidade de fãs barulhentos e agitados que a acompanhavam, causando muita comoção e gritaria, fez com que seu nome se tornasse sinónimo de confusão e desordem.” A baderna emigrou para o quotidiano de Maputo, onde todos os dias, milhares de cidadãos enfrentam humilhações, ferimentos, extorsões e longas esperas à mercê de semicolectivos que impõem regras próprias. Um retrato da cidade onde o transporte virou sobrevivência.

Texto: **Lúcia Mucave**

Maputo, 16h00. A luz dourada do fim da tarde cobre a cidade, mas não esconde a tensão que paira nos rostos suados e nos corpos que disputam espaço nas calçadas da Baixa, bairro Central, especialmente na paragem da Laurentina, nomeada Maputo Plaza. Não há filas organizadas. Não há bilheteiras. O que há são aglomerações, correria e gritos. Há pressa. E há desespero.

Durante cerca de uma hora e meia de observação directa, a reportagem da Carta testemunhou uma realidade que, para os usuários de transporte público, é dolorosamente habitual: motoristas e cobradores dos chapas que se aproveitam da fragilidade do sistema para escolher os passageiros, inflacionar as tarifas e impor um ambiente de quase violência física e psicológica, todos os dias, à mesma hora.

A “selecção celestial” na paragem da Laurentina

A chegada de um chapa com destino ao T3 deveria ser um alívio para os passageiros. Mas é o início de uma disputa. À porta do carro, um cobrador impassível faz perguntas rápidas, secas, e decide quem sobe e quem fica.

**“Vai até onde?”
“T3? Estádio? Não. Você?”**

O critério? Quem vai para mais perto e quem está disposto a pagar mais. Segundo apurámos, o valor oficial de 18 meticais é rapidamente substituído por 35 ou 40 meticais no final da tarde, e ainda assim, só entra quem tiver “o destino certo”.

“É como pedir favor para ser maltratada”, desabafa Albertina Matusse, 38 anos, funcionária de uma loja na Avenida 24 de Julho. “Eles tratam-nos como lixo. Se disseres que vais ao T3, recusam. Preferem gente que vai até Brigada. Dizem que desces mais rápido, e o dinheiro entra mais vezes. Já fui recusada duas vezes hoje. E estou aqui há mais de duas horas.”



O cobrador, ao lado do motorista, transforma-se em árbitro, segurança e porteiro do “céu”. Entre empurrões e insultos, é ele quem define quem “merece” viajar. “Moçambique virou isso”, diz um jovem que também lutava para entrar no chapa.

Os momentos de maior tensão ocorrem quando todos querem entrar ao mesmo tempo. Não há qualquer controlo ou presença da polícia municipal para organizar os passageiros ou impedir os abusos. É nesse tumulto que muitas vezes há ferimentos causados por empurrões, quedas e até pancadas dentro dos próprios carros, desmaios devido ao calor, fome ou simplesmente do esgotamento de horas de espera em pé, roubos e extravios de carteiras, telemóveis e até sacolas de compras desaparecem em meio à confusão.

“Na segunda-feira, perdi a carteira com todos os meus documentos. Fui à esquadra e disseram que não podiam fazer nada, que isso acontece sempre. O chato é que por mais que haja polícias nas paragens, eles só assistem os desmandos dos passageiros.”, lamenta Lúcia Júlio, 24 anos, técnica informática.

“Quem paga mais, viaja primeiro”

Durante o percurso entre a Baixa e o Zimpeto, a equipe da Carta embarcou num chapa. Ouvimos o cobrador fazer pelo menos sete ofertas diferenciadas para passageiros em paragens distin-

travar as más práticas por parte dos operadores”.

Quem lucra com o caos?

Os proprietários de chapas muitas vezes não sabem (ou fingem não saber) das práticas dos seus trabalhadores. Por outro lado, há também relatos de patrões que impõem metas diárias de receita, pressionando os motoristas e cobradores a explorar os passageiros para cumprir os valores exigidos.

“O patrão quer 2500 meticais por dia. Se não entregarmos, amanhã ficamos sem trabalho”, revela um cobrador da rota T3-Baixa, que aceitou falar sob condição de anonimato. “Por isso cobramos 35 ou 40. Ninguém quer ficar sem trabalhar e assim conseguimos voltar com pão diário para as crianças.”

O ciclo é vicioso, o patrão exige, o chapa cobra, e o passageiro paga com dinheiro, com dignidade ou com ferimentos.

“Mais do que uma questão de mobilidade, o colapso do sistema de transportes afecta o bem-estar psicológico, o rendimento profissional e até a dinâmica familiar. Há mães que chegam em casa às 20h. As crianças esperam jantar até tarde. Os trabalhadores acumulam atrasos e advertências por não conseguirem chegar a horas”, lamenta Mário Ngulele, psicólogo.

“Acordo às 4h30, saio às 5h e mesmo assim chego tarde. No regresso, perco mais de duas horas entre a espera e a viagem. Sinto que passo mais tempo nos chapas do que na minha própria vida”, confessa Mário Jorge, funcionário de segurança.

Enquanto não chega o pronto-socorro do “Governo”, normalizou-se assim, mais um dia, na pequenez desumanizante dos chapas da vida no Grande Maputo: o desgoverno da baderna!



Pub.



A dor silenciosa e invisível de quem tem Lúpus em Moçambique

- "Falem do Lúpus como falam do HIV, da tuberculose, da malária. Nós existimos. Nós sentimos dor. Todos os dias. Todos os minutos"

Florência, Cátia, Cremilda e Cidália têm algo em comum: não são vítimas, são sobreviventes do Lúpus, uma doença autoimune que afecta predominantemente mulheres, com cerca de 90% dos pacientes do sexo feminino, embora possa ocorrer em qualquer idade e em ambos os sexos. Florência, Cátia, Cremilda e Cidália não querem piedade. Querem dignidade. Querem que o Lúpus deixe de ser uma doença silenciosa e invisível. Querem que o governo subsidie os medicamentos, capacite reumatologistas, inclua o Lúpus nas campanhas de saúde pública. "Falem do Lúpus como falam do HIV, da tuberculose, da malária. Nós existimos. Nós sentimos dor. Todos os dias. Todos os minutos", diz Cátia.

Texto: **Lúcia Mucave**

Fotos: **cedidas pelas entrevistadas**

Durante anos, a dor viveu camuflada no corpo de Cátia Cardoso Alfanate. Fraca desde a infância, a jovem de 26 anos, mãe de dois filhos pequenos, sempre carregou um cansaço sem explicação e uma dor que se confundia com preguiça aos olhos dos outros. Em Abril deste ano, durante a gravidez da sua segunda filha, o corpo decidiu gritar de vez: colapsou no local de trabalho, desmaiou, e foi levada ao hospital. Ali começava o que viria a ser um dos capítulos mais duros da sua vida. "Tentava explicar às pessoas, mas não me entendiam. Sempre cansada, com dores, sem forças. Quando perdi o meu avô, chorei tanto que meu corpo não suportou. Foi o fim. Perdi o emprego. Ninguém entendia se eu precisava de descanso ou se era apenas preguiçosa", lembra, com a voz embargada.

No Hospital do Zimpeto, levantou-se a hipótese de tuberculose óssea. Encaminharam-na para o Hospital Central de Maputo, onde começou a peregrinação por consultas e exames. Comprimidos receitados causaram reacções alérgicas, o corpo inchou. Na pele, surgiram manchas. O rosto ficou marcado por um rubor em forma de borboleta, clássico em alguns casos de Lúpus. Os lábios rosaram, a pele clareou. O que começou com febres e fadiga evoluiu para um colapso físico, emocional e financeiro.

Os exames que custaram uma dívida com agiota

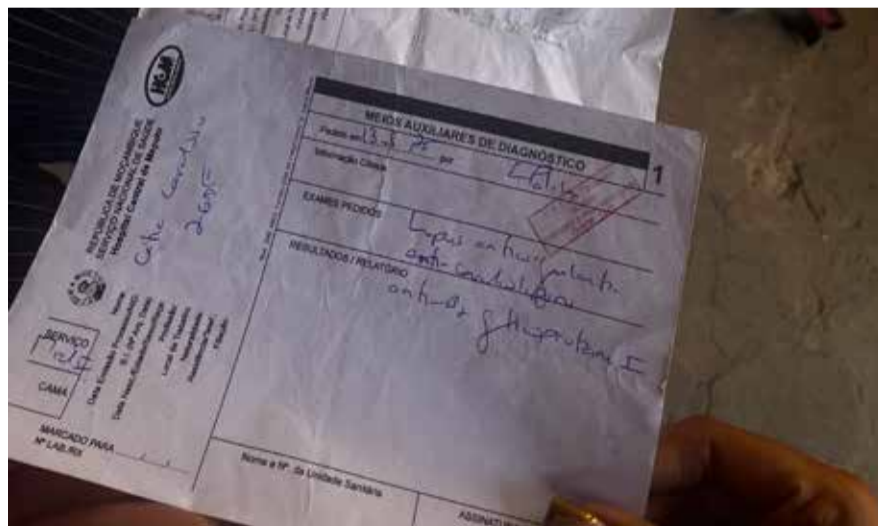
O diagnóstico definitivo de Lúpus só veio após uma bateria de exames, muitos deles caros, fora do alcance de uma jovem mãe desempregada. O primeiro, chamado ANA Anti-CCP, teve de ser pago com dinheiro em-



Antes



Depois



prestado a um agiota pela sua mãe, Elisa Augusto Ordem.

"A médica desconfiava de problemas nos rins. Cada novo exame custava mais do que tínhamos. A dívida cresceu. Chegamos a fazer mais de 20 exames. Até hoje, há exames que não conseguimos pagar. Só os que estão pendentes já somam 23 375 meticais", relata a mãe, com lágrimas nos olhos.

Elisa não é apenas mãe: é também cuidadora, cozinheira, vendedeira de "espetadas" no Zimpeto, responsável por oito pessoas dentro de casa e uma mulher que teve de se tornar enfermeira sem diploma. Sacrificou-se, bateu portas, carregou tubos com amostras de sangue para o ICOR, aguardou dias pelos resultados, andou de um hospital ao outro, muitas vezes sem sequer ter o valor para o transporte.

"Pensávamos que ela fosse preguiçosa. Até cheguei a desconfiar que tivesse HIV e não quisesse contar. Mas hoje sei que é Lúpus. Ela depende de mim até para levantar da cama. E eu? Eu já pensei em fazer o pior. Já perdi a minha dignidade. Mas acredito que uma ajuda vai chegar."

A dor diária de Cátia

"A minha vida hoje é ficar na cama. Não consigo nem levantar para tomar banho. Acordo, fico deitada. Dependendo dos outros. A doença tomou conta da minha vida. Antes, eu batalhava, sustentava meus filhos. Agora sou um corpo cansado e sem forças. Tenho apoio da minha mãe. Ela é quem sofre por mim."

Cátia vivia numa casa de renda com os dois filhos, a qual teve de abandonar por conta das dívidas avultadas e doença que lhe acometia.

Continua PAG. 22

Pub.

estamos juntos

4.5

tmcel

Trabalhadores da RM sentados em casa, à espera da reforma e de suas pensões roubadas

Alguns trabalhadores da Rádio Moçambique (RM) já deviam estar reformados. Todavia, devido ao desvio dos seus descontos para a reforma, por parte de membros da direcção desta instituição, continuam a receber salários como se estivessem no activo, mesmo sentados em casa. Este problema afecta não apenas a funcionários da RM. Em várias outras instituições da função pública e até do sector privado, a estória se repete. Em conversa com "Carta", alguns "reformados" da RM revelaram que, devido à não canalização dos descontos à entidade competente, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) afirma não ter cabimento orçamental para iniciar o pagamento das pensões a este grupo. Mais grave ainda, os reformados e seus familiares não beneficiam de assistência médico-medicamentosa do Estado. Assim, apesar de já não estarem no activo, alguns destes trabalhadores continuam na folha salarial como directores ou ocupando outros cargos de chefia.

Texto: **Marta Afonso**

Os tecnicamente reformados da RM afirmam que, durante anos, os descontos para a reforma foram desviados, afectando centenas de colaboradores. Como consequência, o INPS rejeita os reformados da emissora pública no seu sistema, levando-os a continuar a receber através da folha salarial da empresa.

O caso dos funcionários desligados ou reformados da RM é tão chocante ao ponto de até agora o Conselho da Administração, em flagrante violação à lei, não ter efectuado o reajuste salarial, com efeitos retroactivos desde 1 de Abril de 2024, na ordem de 6%. A decisão do Conselho de Ministros sobre o pagamento do 13º de 2024 estabeleceu que os pensionistas do Estado devem ser pagos 100% da pensão mensal.

"A entidade patronal também não pagou até a data o remanescente dos 70% do 13º vencimento aos funcionários do Estado aposentados pela RM-EP, que devia ter sido pago até o mês de Fevereiro de 2025, de acordo com a decisão do Conselho de Ministros. Igualmente, nós como lesados exigimos o pagamento retroactivo de todos os descontos, indevidamente feitos pela RM, entre o último salário, antes do desligamento e a Pensão de reforma ilegalmente fixada pela RM", disse João David (nome fictício).

João Nhassengo (nome fictício), outro reformado da RM, contou que, na década de 1990, a RM foi transformada em empresa pública, através do Decreto nº18/94, de 8 de Junho, que transforma a RM-EE em RM-EP. O mesmo Decreto ressalva a manutenção do estatuto de funcionário de Estado ao colaborador da RM que tenha sido contratado desde a sua nacionalização em 1975, até Junho de 1994, como um direito adquirido.

Nesse contexto, um grupo de trabalhadores optou por manter-se como funcionários do Estado e, nessa condição, os seus salários foram mensalmente descontados para a aposentação e assistência médico-medicamentosa. Esses descontos deveriam ter sido canalizados para o Ministério das Finanças, o que não



aconteceu. Segundo os gestores, existia uma autorização verbal para utilizar esses fundos em investimentos e outras despesas.

A fonte afirma ainda que, devido ao desvio desses descontos, os reformados não podem ser integrados no INPS. "O pior de tudo é que nós, reformados e trabalhadores no activo, não beneficiamos de assistência médica e medicamentosa por parte do Estado".

"Soube que cerca de 60 trabalhadores conseguiram entrar no INPS, mas ninguém sabe como. A maioria continua fora do sistema e recebe como se ainda estivesse a trabalhar. Não se sabe se estão desligados, reformados ou numa outra situação indefinida".

Laura Langa (nome fictício), também reformada da RM, acredita que este caso ainda irá gerar muita polémica. "Os gestores desta empresa têm agido de má-fé, esquecendo-se que foram eles que nos empurraram para esta situação. Pior ain-

da, quando tentam recorrer a vias de diálogo, os representantes dos reformados são desprezados e humilhados", disse a fonte.

"Hoje somos tratados como mendigos e esfomeados. Acham que estamos a pedir um favor quando apenas exigimos aquilo a que temos direito. Demos a nossa vida por esta empresa e, como recompensa, somos tratados como cães vadios. Merecemos dignidade", detalhou.

Versão da Rádio Moçambique

Apesar de não conceder entrevista, a Rádio Moçambique aceitou esclarecer alguns pontos à "Carta". Segundo a empresa, desde a independência, nenhuma empresa pública canalizou os descontos para a segurança social. A RM apercebeu-se da situação aquando da criação do INPS. Desde 2015, começou a transferir os valores ao instituto e, enquanto isso, os reformados continuam a receber na folha salarial da empresa.

Actualmente, a RM afirma estar a pagar os supostos desligados/reformados e a canalizar os valores ao INPS conforme a sua capacidade financeira. De acordo com o Director de Recursos Humanos, Paulo Banze, a RM conta com 64 reformados já integrados no INPS, de um total de 428. Desses, 182 são funcionários no activo e 184 são cônjuges sobreviventes beneficiários da pensão.

Previdência Social recusa-se a falar e Finanças distanciam-se

"Carta" contactou o INPS para entender como está a ser tratado o problema dos reformados e pensionistas da RM. Fontes próximas da instituição confirmam que o caso é conhecido e envolve também outras entidades estatais como a Televisão de Moçambique (TVM), Tm-Cel e Aeroportos de Moçambique.

Contudo, num pedido formal de entrevista feito pela "Carta" a esta instituição, a mesma recusou-se a falar e afirmou que não pode reagir, pois foram as próprias empresas que não canalizaram os descontos ao longo dos anos.

Após várias semanas de espera por uma entrevista, o jornal recebeu uma chamada de uma representante do INPS, informando que compete às empresas esclarecer as questões solicitadas. "Cabe à Rádio ou à Televisão responder sobre os seus reformados".

Entretanto, ficamos a saber que, relativamente aos reformados da RM, o caso começou a ser resolvido em 2023, tendo já sido integrados 62 reformados no sistema e o processo continua gradualmente, à medida que a RM, a mais antiga e maior estação radiofónica do país, consegue transferir os valores em falta.

O porta-voz do Ministério das Finanças, Alfredo Mutombene, reiterou que qualquer esclarecimento relativo aos descontos não canalizados deve ser prestado pelas próprias instituições empregadoras. "Carta" tentou ainda obter uma reacção da Presidente do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), Ana Coanai, entidade responsável pela gestão destas empresas, mas sem sucesso.

Pub.

Se és Funcionário Público
dá asas aos teus sonhos

Com a tua ambição juntos fazemos acontecer.

Vai já a uma agência ou entra em contacto.





A “Sambrowera Fandanga” da LAM e o cabritismo no INSS

Esta semana, não sem surpresa, fomos brindados com mais um episódio do folclore e regabofe frelimista, de eriçar os cabelos qual Einstein em estado de Eureka. Ou, mais moçambicanamente, de sentir a violência e virilidade daquilo que um dia Jeremias Ngoenha cantou: “estão a pentear-nos a careca”.

Desta vez, o protagonista do bacoco espectáculo degradante foi Júlio Parruque, Presidente do Conselho Municipal da Cidade da Matola, que pegou no microfone e defecou a ópera bufa do servilismo e endeusamento ao Chefe de Estado e Presidente da Frelimo, seu partido, como cartão de boas-vindas da Matola na visita do Presidente Daniel Francisco Chapo à Província de Maputo. Ufano e lambão, como aluno brilhante da escola frelimista do culambismo, lambebotismo e *sim-chefismo* camarada, escada rolante de ascensão na carreira política, Parruque subiu no palanque, pegou no microfone e procedeu à leitura do relatório:

“Em nome da maravilhosa e laboriosa cidade da Matola, os munícipes e agentes económicos locais oferecem 50 quilos de hortícolas, com alface, couve e cebolinha, 100 caixas de frango fresco, 50 sacos de farinha de milho, 150 caixas de bolacha e 25 caixas de massa esparguete, 50 caixas de refrigerantes, um casal de ovelhas, 500 sacos de cimento de construção...”

Porque não sou especialista em lei de proibidade pública e não trabalho no Centro de Integridade Pública, não vou falar sobre a reacção diplomática, bonacheirona, cívica e pedagógica do Presidente Daniel Francisco Chapo. Deixo que o CIP arrole mais este caso, no seu mapeamento da sem-vergonhice governista, e nos eduque sobre como a economia política do *político-feudalismo*, para uns neopatrimonialismo e para outros *machambismo* da maçaroca, se reproduz, em jornada perene.

Interessa-me apenas expelir o meu asco e nojo pela forma como o Protocolo do (Chefe de) Estado se banaliza, ao permitir que este espectáculo de jaez rastejante e degradante continue e campeie, qual campeonato nacional da bajulação ao chefe e insulto ao (at) estado de pobreza, fome e crise humanitária que grassa Moçambi-

que há pelo menos 11 anos.

Todavia, conferir dimensão maior a um “fait-divers” destes equivaleria a me fazer de Houdini e converter a árvore em floresta, ao tomar a parte pelo todo. Paro por aqui, não sem antes partilhar convosco dois dedos de pensamento meus, permitidos e limitados pela ditadura editorial de espaço no microblogue X de Elon Musk:

Um) às vezes, chego a pensar que dirigentes da Frelimo sofrem de paralisia infantil...que lhes inibe de raciocinar, racionalizar, razoabilizar e racionar. Acho que

um púlpito à medida, o Chefe de Estado disse e passo a citar: “antes dos 100 dias, descobrimos que dentro da LAM fomos entregar raposas para cuidar de um galinheiro ou gatos para cuidarem de ratos” – fechar citação. Mais que uma declaração de força, parecia-me a chapa de Chapo, a marca d’água indelével como um marco de intransigência, intolerância, aversão e alergia ao reino da bolada, das vivas à *nhonga* e o cambalacho – traço este identitário do Nyussismo, homenageando o legado mais perverso do Guebuzismo arrivista e *bizneiro*, e do fundacional cabritismo Chissanista.



funcionam por estímulos e instintos, como animais. Uma Farma Animal...de jumentos, aos cogumelos!

Dois) diria Leite de Vasconcelos que “o pendor asinino (dos dirigentes da Frelimo) não é genético, é self-made”.

Avancemos, não há recua!

No seu discurso de marco dos 100 primeiros dias de governação, o Presidente Daniel Chapo exibiu bravado. Imponente, no pico dos seus dois metros de altura sobre

O problema, caros patrícios e leitores da “Carta”, é que a novela da LAM, quanto mais se descasca o novelo do alho, mais nos demonstra estarmos em presença de uma dramaticidade de fazer Sófocles, Shakespeare, Gil Vicente, Charlie Chaplin, Molière combalirem... Há um novo género de teatro político-governamental em Moçambique. Não é Tragédia, nem pode ser Comédia; definitivamente não se trata de Drama, não tem nada que ver com Tragicomédia; não tem paralelo com o Auto, o Monólogo, a Farsa, o Melodrama; não tem verossimilhança com uma Ópera, Teatro de Fantoques/Marionetes, Teatro de Sombras, Teatro de revista, Teatro do absurdo; e de modo algum se confunde com Teatro épico, Teatro experimental e Teatro musical.

Os episódios de pornografia barata do nosso descaso, na contratação do gestor Dane Kondic, e agora esta cara de pau do porta-voz do Governo, o competente e nada ingénuo ministro Inocêncio Impissa, somente desvelam uma coisa, sobre o género de teatro com que a classe político-governamental brinda o povo-plateia: Sambrowera Fandanga. Aquilo que o autor da famosa canção, o saudoso músico e actor moçambicano Salimo Muhamad, o eterno Simião Mazuze, qualificou como a descrição de uma confusão que quer dizer tudo e nada é nada, que não significa coisa alguma, mas quer dizer algo. Em resumo: uma salada russa.

Então o diligente e porta-voz Impissa vem nos impingir a ideia segundo a qual o INSS pretende ser accionista da LAM. Da falida LAM! Daquela na qual lucrativas e sustentáveis empresas públicas HCB, CFM e EMOSE já foram obrigadas a injectar dinheiro fresco. Para tentar salvar a honra da sucataria que ainda resta da companhia aérea de bandeira. No mínimo, se realmente o INSS, fundo de pensões do povo, quer investir na LAM, quem assim pensou, em nome do povo e do Estado, só pode ter sido visitado por um espírito de cabritismo ou sido picado pelo bicho chupacabra. Sim, em mais esta brincadeira à cabra-cega com o “saco azul” do regime, só pode ser mesmo por cabritismo. Para se continuar a comer, como o cabrito, onde se está amarrado. Caros patrícios, *La Famba bicha!*

A História d'A História da Independência para os mais novos

Capítulo 4: A Escolha Não Feita



Por: Elísio Macamo

Foi Judite quem, naquela tarde, chegou primeiro à casa de Maria Tondhosa. Sentou-se no chão da varanda, como quem espera que alguma coisa aconteça – mesmo que não saiba o quê. Samira veio logo depois, com o seu caderno. Celso apareceu mais tarde, com o ar sério de quem tem perguntas difíceis.

A vela já estava acesa. Maria Tondhosa não disse uma palavra. Apenas fechou os olhos, e o ar voltou a mudar de espessura. Quando Mpyombo falou, sua voz parecia vir de dentro da terra.

– A independência não foi um presente. Foi uma luta longa. Mas quando finalmente chegou, trouxe com ela uma pergunta antiga:

“Agora que somos livres... o que vamos fazer com essa liberdade?”

Celso sorriu:

– Vamos construir um país, não é?

– Sim. Mas um país é uma escolha. Ou muitas escolhas. E Moçambique estava diante de uma **encruzilhada**.

– Que encruzilhada? – perguntou Judite.

– Havia vários caminhos. Um dizia: vamos reconciliar e incluir todos, mesmo os que não lutaram conosco. Outro dizia: vamos abrir-nos ao mundo, aprender com todos, sermos africanos e cosmopolitas. E havia um terceiro: vamos fazer uma **revolução total**, começar tudo de novo, destruir o velho e construir um homem novo.

– Foi esse que escolheram, não foi? – perguntou Samira.

– Foi. Com esperança, coragem... e com pressa. A FRELIMO, que liderou a luta, assumiu o poder. E decidiu seguir o caminho da **revolução socialista**. Inspiraram-se em países como a China e a União Soviética. Acreditavam que o colonialismo tinha corrompido tudo, a educação, a religião, a família, e que só se podia construir Moçambique limpando tudo primeiro.

Celso cruzou os braços:

– Mas isso não era bom? Um país justo, sem ricos nem pobres?

– Era um ideal bonito. E havia boa intenção. Mas quando se tenta apagar tudo, às vezes apagam-se também as vozes que deviam ser ouvidas. Os partidos foram proibidos. A imprensa foi controlada. As religiões foram empurradas para o canto. E muitos que não concordavam... foram silenciados.

Judite estava atenta:

– Isso quer dizer que quem não pensava como a FRELIMO era visto como inimigo?

– Muitas vezes, sim. Os que discordavam eram chamados de “reacionários”. Alguns foram presos, outros fugiram. Outros ainda fingiram concordar, para sobreviver.

– Mas não havia outra maneira? – perguntou Samira.

– Havia. Havia o caminho do **cosmopolitismo africano**, que Mondlane parece ter sonhado. Um país de todos, onde a tradição e a modernidade conversavam. Onde ser africano não era o contrário de ser livre, e onde discordar não era trair.

Celso estava calado. Depois falou:

– Então... a escolha foi feita. E o país seguiu.

– Sim. Mas toda a escolha traz sombras. O país cresceu com medo do seu próprio espelho.

E quando começou a guerra civil... foi também o resultado de não termos conseguido imaginar um país onde se pudesse pensar diferente.

Samira escreveu no caderno:

O sonho era grande. Mas o medo de perder o controlo era maior.

– E havia também dor – disse Mpyombo. – Porque a guerra não acabou com a independência. Começou outra guerra, entre irmãos.

Judite falou baixinho:

– Então, não fomos livres?

– Fomos livres... de Portugal. Mas ainda não sabíamos ser livres **uns com os outros**.

O espírito calou-se. Maria Tondhosa abriu os olhos. Mas desta vez não pareceu cansada. Apenas triste. Como quem se lembra de uma canção que já não se canta.

O julgamento de Jesus Cristo em Moçambique...



Por: Sérgio Raimundo

O escrivão, de salto alto de unhas nos dedos, bateria no teclado procurando a letra “J” para escrever o nome “Jesus” na acta. E o meritíssimo juiz vasculharia em todas as gavetas do alfabeto a palavra certa para ditar ao escrivão. “Ele é de Nazaré. Nazaré com Z”. E o escrivão, que talvez tenha tido um furacão de lepra nas mãos em criança, pronunciaria “Nazaré” e de seguida metia-se na mata do teclado à caça das letras.

Em Moçambique, Jesus não teria sido zombado e surrado, pregado e fuzilado com insultos. Os longos silêncios divinos de Cristo, às perguntas do juiz, seriam colocados nas actas e sublinhados sob olhar atento do ministério público.

O pai de Jesus Cristo estaria ali sentado assistindo ao julgamento do filho, comendo de ansiedade suas unhas cheias de caspas de tanto raspar o planeta e talvez tiraria do bolso um lençinho qualquer que não teve coragem de dar a Adão para esconder a sua vergonha; limpar-se-ia o suor e oraria pelo seu filho.

Cristo só teria de suportar o juiz colocando nomes importantes na borda do processo e outros no centro, como

uma criança quando coloca na margem do prato espinhas de peixe. Talvez por um momento teria vontade de transformar as garrafinhas de água em galões de vinho e assim pôr a tenda toda em festa tal como fizeram os outros com o dinheiro do povo.

Coitado! Cristo teria de suportar os malcriados da tenda que sem respeitar a lei metem-se debaixo da bata do juízo e desfloram os seus tomates. Cristo no tribunal, metido em um manto amarelo, consultaria os anexos do ministério público, abanaria a cabeça sem se importar com a queda da coroa de espinhos que não teria. Não teria de suportar Pilatos lavando as mãos, apenas ouvir o juiz brincando com o objecto do processo; claro, todo o objecto foi feito para brincadeira e o juiz também tem o direito de brincar.

Em Moçambique, Cristo não teria tido uma lenha em forma de cruz, mas uma cama luxuosa na cadeia de Lígamo para se pregar com roncões e ressuscitar todos os dias para a tenda. Claro que Cristo revoltar-se-ia, por procurar o Barrabás na tenda e não encontrá-lo, por ver o ministério público entulhado de processos sem provas contra o Barrabás.

Pub.

Torne-se um Leitor Exclusivo

Faça já sua subscrição e receba o Jornal pelo **Whatsapp** ou por **Email** de forma célere e conveniente.

Pacotes Disponíveis

Cartão do Dia

Mensal - 300 Mzn

Anual - 3600 Mzn

Carta da Semana

Mensal - 450 Mzn

Anual - 5500 Mzn

Pacote Premium

Anual - 7000 Mzn

Métodos de Pagamento:

Mopesa: Código de Serviço - 902335
E-mola: Código do Comerciante - 801293
PayPal: Carta de Moçambique

Partilhe o comprovativo de pagamento para o nosso WhatsApp +258 82 981 1780

+258 82 981 1780
carta@cartamz.com
Av. Ngungunhane nº 155, Matola



Por: Renato Caldeira

Na Bulgária não fomos... *bulgaridade!*

1980



Junho de 1980. Os Mambas deslocaram-se ao interior da Bulgária para um estágio, com jogos em Sliven e Plovdiv. Os anfitriões ficaram tão espantados com o nosso nível, pelo que “namoraram” uma grande parte dos jogadores para ficarem. Porém, as normas em vigor e as relações com aquele país socialista não permitiam às estrelas, nem sequer pensarem em “saltar o arame” ...

Onde poucos pretos tinham sido vistos...

Vivíamos então com muitas carências, no chamado tempo do carapau. Com desbotados fatos de treino e exíguos três dólares/dia que nos eram concedidos, lá viajámos. Ninguém fazia ideia do que nos esperava.

Saídos de Sófia, a capital para o interior, logo na primeira paragem do autocarro para nos refrescarmos, veio o primeiro choque. Uns velhotes ficaram surpresos pela chegada de muitos preteinhos juntos!

As reacções que se seguiram foram variadas: uns queriam ouvir-nos, outros queriam tocar na pele escura dos estranhos visitantes. Depois, já em Sliven, ao irem ao cabeleireiro, três dos futebolistas, sentiram algo inédito, pois por ali, particularmente as senhoras, nunca tinham passado a mão por uma cabeleira carapinha.

Surpresa nos jogos

Fizemos vários jogos frente aos búlgaros, sendo eles progressivamente surpreendidos, a cada partida. Daí que se iam reforçando, aparecendo com turmas cada vez mais fortes. Porém, a verdade é que deixámos por lá o perfume do futebol moçambicano, ao ponto de pretenderem recrutar mais de metade da nossa equipa, pois eles antes pensavam que, numa ex-colónia de Portugal, se jogava com uma bola quadrada, pelo que era impensável ver um plantel com tantas estrelas.

Quem nós éramos, de onde vínhamos, que nível tínhamos, deixou de ser para eles uma incógnita!

Recordemos esses craques de então: Isaías e José Luís, na baliza; Defesas: Joaquim João, Artur Meque, Aurélio, Chinguia, Mandito e Frederico; médios: Artur Semedo, Dover, Rui Marcos e Carlitos; avançados: Lucas Barrarrijo, Chababe, Calton, Gil, Miguel e Cossa.

O monstro (con)sagrado

Mário Coluna, era o cabeça de cartaz, sobretudo porque pela selecção portuguesa tinha, há uns anos, ajudado a desfeitear os búlgaros que tinham uma equipa em que actuava a maior glória de todos os tempos, chamado Asparakov.

Primeiro teste, primeira surpresa. Para nós, mas sobretudo para eles, que pensavam que éramos “moleza”! Vencemos por 3-1, sem colocarmos “o pé no acelerador”. A partir daí, os testes passaram a ser mais duros.

Um episódio interessante aconteceu no estádio principal de Plovdiv, cheio como um ovo. Antes do início da partida, os microfones anunciaram a presença de Mário Coluna, a estrela que “desgraçou” a Bulgária no Mundial de 66.

É claro que o “mister” em alusão não fez mais do que sorrir e limitar-se à sua – na circunstância – insignificância.

Gil Milando e as “letbas”

Apesar da minha condição de jornalista, eu pertencia na altura à primeira Comissão Nacional de Árbitros. Presente na delegação, o antigo juiz Gil Milando, grande árbitro e grande homem, não deixou os seus créditos em mãos alheias. Apitou vários jogos, deu palestras, brilhou!

E porque era um tempo de “troca de experiências”, ninguém pensava nas viagens em remunerações, pois integrar uma caravana daquele nível já era algo muito apetecível. Porém...

Numa tarde, o nosso intérprete veio chamá-lo para o pagamento das várias arbitragens que fizera. O Gil, tendo em conta o contexto, não quis aceitar os valores que lhe seriam entregues, em “letbas” (moeda local). Frisou que apenas tinha vindo para “ganhar e trocar experiências”.

O assunto foi colocado ao Mário Coluna.

A resposta?

– Digam lá ao Gil Milando que se ele não quer o dinheiro, eu vou receber por ele!

O Gil acabou recebendo a “montanha” de dinheiro que estava à sua disposição. O que fazer dele? Decidiu que iríamos desfrutar em conjunto.

Ai, que belos tempos! Quanta saudade, digo eu!!!





Chapo exalta CFM: *bonde* do desenvolvimento de Moçambique e da África Austral

O Presidente da República, Daniel Chapo, exaltou terça-feira (08), em Maputo, o papel determinante dos Caminhos-de-Ferro de Moçambique (CFM) na construção da unidade nacional e no desenvolvimento económico do país, ao discursar na cerimónia de celebração dos 130 anos da empresa pública. “Celebramos um marco que ultrapassa a nossa imaginação e entra para o domínio da memória nacional e do orgulho colectivo dos moçambicanos”, afirmou o Chefe do Estado na Estação Central dos CFM, na Cidade de Maputo. O Presidente moçambicano destacou que, em 1895, com a inauguração da ligação ferroviária entre Lourenço Marques e o Transvaal, nascia “a chamada estrada do progresso”. Segundo explica, a chegada do comboio representou “as promessas de modernidade e transformação” de um país que soube transformar um projecto colonial num pilar da sua afirmação nacional. “O que poderia ser apenas um empreendimento colonial tornou-se, nas mãos e no suor dos moçambicanos, num instrumento poderoso de coesão territorial, de desenvolvimento económico, social e de criação de cidadania”, declarou o estadista, apontando os CFM como alicerce na ligação entre regiões e povos, do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico.

Texto: Evaristo Chilingue



O Chefe do Estado reforçou que os caminhos-de-ferro desempenharam um papel insubstituível na integração nacional e regional, ligando Moçambique a países vizinhos como África do Sul, Zimbabwe, Malawi, Zâmbia e Eswatini. “Foram os trilhos que costuraram o país de norte a sul”, sublinhou.

De acordo com o Presidente Chapo, os CFM também influenciaram o crescimento urbano e social de várias localidades: “Muitas das nossas cidades nasceram à volta de estações ferroviárias; muitas vilas ganharam vida graças à água, à luz, às escolas e ao desenvolvimento do nosso país.” O governante lembrou ainda que o Es-

tádio Nacional da Independência [outrora designado Estádio da Machava] foi erguido pelos CFM, reforçando os laços entre o transporte ferroviário e a história nacional.

O *bonde* da integração regional e ligação nacional

A cerimónia sublinhou o contributo dos CFM para a mobilidade, a integração do território e a promoção do comércio interno e externo, com impacto real na vida das populações e no fortalecimento da economia. A presença do Presidente da República simbolizou o reconhecimento do Estado ao papel histórico e estratégico da empresa pública. →



← O Presidente Daniel Chapo concluiu sublinhando que os Caminhos-de Ferro de Moçambique representam o “comboio da vida” e simbolizam a própria revolução, afirmando que Moçambique resiste à destruição, guiado pela vontade de viver de um povo que não desiste, numa mensagem marcada pela resistência, esperança e confiança no futuro.

O Presidente do Conselho de Administração (PCA) dos CFM, Agostinho Langa Júnior, contextualizou, referindo que quando se iniciou esta verdadeira saga, com a implantação de um caminho-de-ferro em Moçambique, houve unanimidade na época de que se abria um caminho para o progresso. “Era assim que se chamava, aliás, esta linha e este era o seu significado. Os CFM estão, por conseguinte, desde a sua fundação ligados ao progresso. Com a linha e com o

porto veio o extraordinário desenvolvimento de Moçambique. Foi a chegada da revolução industrial e foi a chegada dos símbolos do progresso económico, social, desportivo e cultural”, afirmou Júnior.

Segundo o PCA, a grandeza e importância dos CFM está na sua capacidade de transporte e manuseamento de carga e na sua significativa participação na economia do país e na sua balança de pagamentos. Sublinhou que a relevância da empresa está no facto de ser um grande empregador e dos serviços que prestou e presta à sociedade.

Ambição aos 130: ser a melhor opção logística regional

“Mantemos a nossa função e a nossa responsabilidade como instrumento de desenvolvimento e defensores

dos superiores interesses do Estado moçambicano. E temos ambição: queremos ser solução logística nas áreas tradicionais em que actuamos no território moçambicano e, face ao contexto e aos desafios e oportunidades da região da África Austral, ser a melhor opção logística regional”, afirmou Júnior.

Num evento presenciado por trabalhadores reformados e no activo, personalidades políticas e empresários, o PCA dos CFM lembrou que, em 2024, a empresa lançou as operações marítimas da CFM Logistics, uma empresa criada para se dedicar à provisão de soluções logísticas aos projectos de prospecção, pesquisa e produção de hidrocarbonetos em Moçambique. Descreveu a nova empresa como um empreendimento arrojado, alinhado com a tradição logística dos CFM, que sempre estiveram à frente

na busca de soluções para o transporte de pessoas e mercadorias, quer ao nível marítimo, ferroviário, rodoviário ou aéreo.

Lembrou ainda que, nos últimos anos, desenvolvemos uma série de projectos estruturantes (investimentos em infra-estruturas e equipamentos e requalificação e investimento no capital humano) que têm estado a ser concretizados, permitindo, não apenas estabelecer uma solução logística competitiva e rentável em todos os principais corredores do país, como também na provisão de serviços de transporte de pessoas e mercadorias.

Júnior disse que, actualmente, a empresa que gere alargou a sua operação ferroviária, em comboios blocos, para a África do Sul, Eswatini e Zimbabwe, o que para ele demonstra a determinação em conquistar tráfegos e garantir soluções logísticas onde vislumbramos oportunidades.

“Vemos, por conseguinte, com entusiasmo o futuro do CFM na sua actuação logística de transporte de passageiros e mercadorias, cada vez mais robusta, quer em recursos humanos, financeiros, equipamentos e outros, que nos permitem repaginar a empresa e devolver-lhe a importância e relevância estratégicas, o seu fulcral papel motor na economia, a sua função social indispensável e o facto de ser um instrumento público indeclinável de desenvolvimento”, afirmou o PCA.

130 faces humanas do gigante ferro-portuário

Os CFM têm um papel central no desenvolvimento económico e social de Moçambique, servindo como elo vital entre os centros de produção nacionais e os mercados nacional, regional e internacional, assegurando a mobilidade de pessoas e bens. Hoje a empresa enfrenta um momento crucial: alinhar a sua ambição de crescimento com as exigências de um contexto global bastante exigente e em rápida transformação.

“Queremos continuar a ser uma empresa forte apostada no futuro. Temos uma massa crítica jovem e apostamos na juventude. Queremos continuar a ter um papel relevante, estruturante e estratégico. Homenageamos 130 ferro-portuários, como símbolo dessa história e desse legado. Através deles homenageamos todas as gerações que permitiram que os Caminhos de Ferro fossem o que são hoje”, concluiu o PCA dos CFM.

No âmbito da celebração do 130º aniversário, a empresa CFM ofereceu aos utentes passagens gratuitas em todos os comboios de passageiros do sistema ferroviário Sul e Centro, nos dias 07, 08 e 09 de Julho corrente.



Portos de Moçambique em 2025: novas Concessões, velhos desafios?

Moçambique está mais uma vez em destaque no sector marítimo. Com a recente aprovação pelo governo de duas grandes concessões portuárias – o Terminal Mineral de Chongoene e o Porto e

Terminal Logístico de Pemba – a narrativa é de progresso, investimento e integração regional. Mas para aqueles que acompanham o sector portuário do país há mais do que um ciclo noticioso, a questão permanece: será este

um ponto de viragem ou apenas mais uma ronda de ambição reciclada?

Para descobrir, estamos a analisar atentamente os principais portos do país – um recém-chegado, dois que são melhor descritos como pontos

de desembarque e os outros como portos em funcionamento – e a questionar o que está realmente a funcionar, o que não está e o que tudo isto significa para o futuro do transporte marítimo de Moçambique.

O Recém-Chegado Terminal Mineral de Chongoene (Província de Gaza)



A proposta: Um investimento de 55 milhões de dólares na primeira fase para construir um terminal a granel para areias minerais pesadas, com uma ligação ferroviária de 73 quilómetros até às minas de Chibuto. A concessão de 15 anos é liderada pela Sociedade Terminal de Minérios de Chongoene, uma joint-venture entre o Porto de Desheng e os CFM.

A realidade: Este projecto está em curso há anos e, embora a concessão já tenha sido oficializada, a construção já sofreu atrasos devido aos protestos locais contra as promessas de eletrificação não cumpridas. O financiamento para a primeira fase já está disponível, mas a viabilidade a longo prazo depende da produção mineral sustentável e da estabilidade política. É um porto a observar – mas com um optimismo cauteloso.

O Porto de Maputo (MPDC)



Pontos fortes:

– Movimentou 30,9 milhões de toneladas em 2024, tornando-se o porto com melhor desempe-

nho em Moçambique e um factor significativo na África Austral.

– Gestão e operação a cargo de empresas privadas (Grindrod e DP World).

– Modernização contínua das instalações de movimentação e armazenagem de cargas.

– Forte integração com o Corredor de Maputo (ligações rodoviárias e ferroviárias à África do Sul).

– Os planos de expansão incluem o aprofundamento dos berços e a digitalização.

Desafios:

– A instabilidade política e os conflitos laborais interromperam as operações.

– O congestionamento no corredor e as ineficiências alfandegárias continuam a ser gargalos persistentes.

– Uma queda de 1% no volume no ano passado levanta questões sobre o ritmo de crescimento.

Verdicto: Ainda é o principal porto, mas necessita de reformas estruturais contínuas para se manter competitivo.

Porto da Beira



Pontos fortes:

– Gestão e funcionamento a cargo da iniciativa privada (Cornelder de Moçambique)

– Localização estratégica para o Zimbabwe, Zâmbia e Malawi

– Modernização contínua das instalações de movimentação e armazenagem de carga

– Adjacente à produção industrial e agrícola da África do Sul

Desafios:

– Congestionamento severo na autoestrada EN6 limita a capacidade de transporte (fronteira Beira-Zimbabwe)

– Atrasos no terminal de combustível e dragagens inconsistentes afectam a fiabilidade

– Vulnerável a ciclones e inundações, com infraestruturas de resiliência limitadas

Verdicto: Potencial elevado, mas em espera até que o acesso melhore.

Porto de Nacala (Província de Nampula)



Pontos fortes:

– Recorde de 100.000 TEU (Unidade Equivalente a Vinte Pés, representa o espaço ocupado por um contentor de 20 pés de comprimento, 8 pés de largura e 8 pés de altura) movimentados em 2024

– Porto de águas profundas com capacidade crescente para granéis e contentores

– Elo fundamental no Corredor de Nacala, servindo o Malawi e a Zâmbia

Desafios:

– A gestão do corredor é complexa, envolvendo múltiplos governos e operadores privados

– A incerteza política e os défices de financiamento atrasam os planos de expansão

Verdicto: Ganha terreno discretamente, mas necessita de investimento e coordenação sustentados.

Terminal de Carvão de Nacala-a-Velha (Província de Nampula)



Pontos fortes:

- Terminal de águas profundas construído especificamente para a exportação de carvão, adjacente ao Porto de Nacala
- Ligado através do Corredor Logístico de Nacala – uma linha ferroviária de 912 km que liga a bacia carbonífera de Moatize, em Tete, à costa
- Operado pelo consórcio Nacala Logistics (anteriormente liderado pela Vale, agora transferido para a Vulcan Resources), com capacidade para movimentar até 18 milhões de toneladas de carvão anualmente
- Um dos portos naturais mais profundos da África Oriental, capaz de acomodar navios Cape-size

Desafios:

- Altamente dependente das exportações de carvão de Moatize, que enfrentaram interrupções na produção e na propriedade
- A natureza binacional do corredor (que atravessa o Malawi) acrescenta complexidade às operações e à manutenção
- Persistem preocupações ambientais e sociais, particularmente em relação ao realojamento e ao uso do solo ao longo do corredor ferroviário
- A viabilidade a longo prazo é incerta, dado que a procura global de carvão enfrenta um declínio estrutural

Veredicto: Um activo tecnicamente impressionante com valor estratégico – mas o seu futuro está ligado ao destino do carvão e à capacidade de diversificar os fluxos de carga.

Porto e Terminal Logístico de Pemba (Cabo Delgado)



A proposta: Uma renovação de concessão de 20 anos para o Terminal de Granéis da Sociedade Comercial Pemba, Limitada, com o objectivo de apoiar a logística dos campos de gás do norte e o comércio regional.

A realidade: O potencial de Pemba – Porto Amélia nos tempos coloniais, quando até um ou outro navio de passageiros fazia escala – está ligado à sorte do sector de GNL de Cabo Delgado, que tem sido repetidamente afectado pela insurgência. A infra-estrutura é modesta e, embora a concessão garanta a continuidade, não é claro se estão no horizonte melhorias significativas. O futuro do porto depende tanto da segurança como das infra-estruturas e do transporte marítimo.

Palma e Mocímboa da Praia: As Portas Frágeis do GNL Porto de Palma



Pontos fortes:

- Porto mais próximo do projecto de GNL de Moçambique, avaliado em 20 mil milhões de dólares, em Afungi, liderado pela TotalEnergies
- Estrategicamente localizado perto da fronteira com a Tanzânia, oferece potencial para a logística transfronteiriça
- A infra-estrutura inclui um cais dedicado e instalações de apoio para navios de construção e abastecimento de GNL

Desafios:

- Severamente impactado pelo ataque insurgente de 2021, que levou a TotalEnergies a declarar força maior e a suspender as operações
 - A segurança mantém-se instável, apesar da presença das forças ruandesas e moçambicanas; a área é ainda considerada de alto risco para os operadores logísticos
 - As comunidades locais continuam deslocadas e a confiança nos benefícios do projecto é baixa devido a expectativas não correspondidas e à falta de transparência
- Veredicto:** Fundamental para a logística do GNL, mas o seu futuro depende inteiramente da paz sustentável e da reintegração da comunidade.

Porto de Mocímboa da Praia



Pontos fortes:

- Recentemente reabilitado após ter sido recapturado aos insurgentes em 2021
- Mais de 13,5 milhões de dólares investidos na reconstrução do cais e do parque de contentores
- Localizado a 70 km a sul de Afungi, espera-se que sirva como um importante centro logístico para carga e combustível relacionados com o GNL

Desafios:

- Foi um bastião rebelde durante anos e permanece simbólica e estrategicamente sensível
 - Os volumes de carga actuais estão muito abaixo da capacidade – apenas 15.000 toneladas movimentadas em 2024, com 90% da capacidade ociosa
 - As autoridades estão optimistas, mas reconhecem que a carga de GNL é de curto prazo; a viabilidade a longo prazo depende de uma diversificação económica mais ampla e do desenvolvimento da cabotagem
- Veredicto:** Um porto com um potencial renovado, mas ainda a recuperar de anos de conflito e subutilização.

Considerações Finais

O sector portuário de Moçambique é um estudo de contrastes. De um lado, ambição e optimismo: novas concessões, corredores regionais e riqueza mineral inexplorada. Do outro, a inércia: atrasos, congestionamentos e o risco constante de ruturas políticas e sociais.

As novas concessões em Chongoene e Pemba são promissoras – mas não são soluções milagrosas. O progresso real dependerá da execução, da transparência e da capacidade do governo para alinhar a infra-estrutura com a estratégia económica. Até lá, os portos de Moçambique continuam a ser um misto de potencial e obstáculos. (Terry Hutson/Africa Ports & Ships)

Ministro desvaloriza falta de lei-quadro nos Transportes e Logística

O Ministro dos Transportes e Logística, João Matlombe, desvalorizou, há dias, a falta de uma lei-base que ancore todos os dispositivos legais do sector e a partir da qual se possa produzir novas normas com vista a tornar a contribuição do sector cada vez mais elevada no desenvolvimento económico do país. As declarações do Ministro acontecem uma semana depois de académicos terem constatado que há um vazio legal para um sector estratégico para a economia moçambicana.

“O sector tem leis. Tem Lei de Aviação. Temos na área de transportes a lei que define a política do transporte público no país. Há também um Decreto que define o sistema integrado de transporte. Portanto, o importante aqui não é a lei, é ver qual é a relevância de cada sector fazer lei. Não podemos acordar fazer uma lei porque falta no sector”, respondeu Matlombe, quando questionado sobre a tese dos académicos, apresentada no âmbito do lançamento do livro “Direito do Transporte de Moçambique I”.

Falando à margem da abertura da audição para a elaboração do anteprojecto de Lei de Estradas, o Ministro exemplificou que, no sector de estradas, está a ser estabelecida uma lei com vista a viabilizar investimentos, tendo em conta que é dos subsectores mais críticos que temos no país, facto que é deveras preocupante.

“É importante termos uma base legal forte para estimular o investimento privado, para garantir a segurança da infra-estrutura, reduzir a anarquia e ocupação de estradas. Tudo é feito de forma pensada. Não é estabelecer uma lei porque falta. Aliás, os instrumentos que temos neste momento permitem planificar o sector dos transportes, desenvolver a logística, a cabotagem e onde houver necessidade vamos, certamente reforçar”, afirmou o governante.

As declarações do Ministro podem explicar a sua ausência no dia do lançamento do referido livro, no qual tinha sido convidado para moderar o painel de debate sobre a legislação do sector dos transportes. Falando durante o lançamento da obra, o advogado, ambientalista e docente universitário, Carlos Serra afirmou: “o sector dos transportes não tem uma lei-base, embora alguns subsectores tenham, como a aviação civil. É o único que tem um instrumento dessa natureza. O subsector dos transportes rodoviários não tem, embora possua um Código de Estrada, um Regulamento de Transportes Rodoviários, todos dispersos. O mesmo se verifica no transporte marítimo e ferroviário. Nestes subsectores especificamente, há uma grande omissão ao nível da



regulamentação, publicada no Boletim da República”, afirmou o advogado Carlos Serra.

Nesse contexto, Serra acrescentou que o livro possui enorme importân-

cia, considerando que o Direito dos Transportes é uma área crucial para o desenvolvimento económico e social de Moçambique, dado o papel vital dos transportes na conectividade, no comércio e no dia-a-dia dos cidadãos.

Sublinhou que a obra visa ser uma referência, um ponto de partida para futuras discussões, investigações e para a evolução da legislação nesta área. Representa um marco, talvez sendo um dos primeiros ou mais abrangentes estudos sobre o Direito dos Transportes, especificamente no contexto moçambicano.

Por seu turno, o Reitor da UEM, Manuel Guilherme Júnior, afirmou que o Direito dos Transportes assume um papel fundamental em matéria de integração territorial e mobilidade, constituindo um meio de fomento da economia e do comércio.

“O Direito dos Transportes promove a regulação do sector, o que potencia o fomento da economia e do mercado. Por isso, é essencial um quadro jurídico claro, que preveja, de forma segura, os direitos e os deveres de todos os seus actores, incluindo, desde logo, os consumidores. Isto acaba por atrair o investimento no sector logístico e de transportes, assegurando o funcionamento eficiente do respectivo mercado, bem como de certos corredores logísticos, como é o caso dos corredores de Maputo, Beira e Nacala, que são fundamentais para o escoamento de mercadorias dos países do hinterland”, afirmou o Reitor.

Ciente do vazio legal no sector dos transportes, Júnior defendeu que a regulação do sector constitui uma peça-chave para o estabelecimento de normas tais como as relativas ao licenciamento e certificação dos operadores e exploradores das várias actividades, à responsabilidade dos transportadores por danos a pessoas ou mercadorias ou à protecção dos direitos dos passageiros.

“Nestes termos, a academia deve fomentar a investigação e a produção científica no Direito dos Transportes, área ainda pouco explorada nas universidades moçambicanas. A academia pode e deve, pois, estimular a investigação aplicada sobre temas como a logística, os contratos de transporte, quaisquer que sejam as modalidades ou o transporte multimodal, os agentes do transporte, a integração regional e a mobilidade urbana”, sublinhou o Reitor da UEM.

O livro “Direito de Transportes de Moçambique I” integra 24 estudos de autores nacionais e de outros países europeus, asiáticos e americanos e debruça-se (em diferentes línguas) sobre as várias modalidades de transporte, nomeadamente, rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo. Foi apresentado pela co-coordenadora, Catarina Salgado, Doutora em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa, de Portugal. *(Evaristo Chilingue)*

CENFOSS
RUMO AO FUTURO DIGITAL



**CYBERSECURITY
LEAD MANAGER**

Curso de implementação e gestão de cibersegurança.

Exame no final do curso

Duração: 40 horas

Modalidade: Presencial

Vagas limitadas!

INSCREVA-SE AGORA!

+258 845524505

info@cenfoss.co.mz

www.cenfoss.co.mz

Aprovação do Coral Norte remodela o panorama do GNL da África Austral

A aprovação do contrato de 2,5 mil milhões de dólares da Coral Norte e da Eni com a Samsung Heavy Industries assinala uma mudança estratégica na narrativa do GNL na África Austral. Embora a região seja rica em reservas há muito tempo, a execução tem sido prejudicada por problemas de segurança, infraestruturas e financiamento. O progresso da Coral Norte — *offshore*, modular e protegido de ameaças insurgentes — oferece um modelo de resiliência.



Principais Implicações:

– Moçambique como Hub de GNL de Dupla Via: Com o Coral Sul operacional e o Coral Norte em curso, Moçambique está pronto para se tornar um exportador de GNL com duas plataformas — FLNG offshore e liquefação onshore (aguarda a retoma de Afungi).

– A confiança dos investidores recupera: O compromisso da Eni e o contrato da Samsung reforçam a credibilidade de Moçambique como fornecedor de GNL a longo prazo, especialmente para a Europa e a Ásia.

– A concorrência regional intensifica-se: As perspectivas da Bacia de Orange, na Namíbia, e de Brulpadda-Luiperd, na África do Sul, estão a ganhar atenção, mas a o avanço de Moçambique em termos de infraestruturas e capacidade de exportação confere-lhe uma vantagem competitiva.

– Design orientado para a segurança: O isolamento offshore do modelo FLNG está a revelar-se mais viável do que os megaprojectos terrestres em regiões voláteis — uma percepção que provavelmente influenciará os futuros desenvolvimentos do GNL em África. (Terry Hutson/Africa Ports & Ships)

FNLG Coral Norte em marcha

Eni fecha acordo de 2,5 mil milhões de dólares com a Samsung



Num grande impulso às ambições de gás *offshore* de Moçambique, a Eni assinou um contrato de 2,5 mil milhões de dólares com a Samsung Heavy Industries (SHI) para construir uma segunda unidade flutuante de gás natural liquefeito (FLNG) para o projecto Coral Norte, na Área 4 da Bacia do Rovuma. O acordo surge após a aprovação formal do plano de desenvolvimento do Coral Norte pelo governo moçambicano, em abril de 2025.

Detalhes do Contrato

- Construtor: Samsung Heavy Industries (SHI), Coreia do Sul
- Valor do Contrato: 2,5 mil milhões de dólares
- Âmbito: Construção de uma unidade de gás natural liquefeito (FLNG) de 3,5 mtpa, replicando o projeto Coral Sul
- Cronograma: Trabalhos preparatórios já em curso; Construção completa prevista para o final de 2025
- Meta de Entrega: Operacional

até ao 2º trimestre de 2028

Este contrato marca a maior encomenda de FLNG da SHI em 2025 e reforça a sua posição como líder global em infraestruturas offshore de GNL. A nova unidade será construída com as mesmas especificações da FLNG Coral Sul, que iniciou a produção em 2022 e desde então se tornou um pilar fundamental das exportações de GNL de Moçambique.

Importância Estratégica e Económica

- Operador: Eni Rovuma Basin (em nome da Mozambique Rovuma Venture)
- Parceiros: ExxonMobil, CNPC, Galp, Kogas, ENH
- Localização: Campo Coral Norte, Área 4, offshore de Cabo Delgado
- Produção Esperada: 3,5 milhões de toneladas por ano (mtpa)
- Atribuição Doméstica: 25% da produção reservada para o mercado moçambicano

A FLNG Coral Norte irá explorar reservas na secção norte do campo Coral, complementando as operações do Coral Sul no sul. Prevê-se que o projecto gere 23 mil milhões de dólares em receitas ao longo de 30 anos e crie mais de 1.000 postos de trabalho locais, reforçando o papel de Moçambique como um importante fornecedor de GNL para a Europa e a Ásia.

Contexto mais amplo

Este desenvolvimento ocorre numa altura em que outros grandes projectos de GNL em Moçambique, como a instalação onshore da TotalEnergies em Afungi, permanecem paralisados devido a preocupações de segurança, embora pareça agora que a TotalEnergies está pronta para reiniciar o programa. A abordagem modular offshore da Eni revelou-se mais resiliente, permitindo a Moçambique manter o ritmo na rentabilização das suas vastas reservas de gás. (Terry Hutson/Africa Ports & Ships)



Como Inteligências Artificiais e borboletas pensam



Por: Ricardo Fontes Mendes*

Ferramentas de inteligência artificial (IAs) já conseguem revelar como pensam antes de oferecer uma resposta a perguntas feitas por usuários. É um recurso interessante, que ajuda a aprofundar o “diálogo” com a máquina e até permite que cheguemos a um ponto de vazio existencial. Como se sabe, as IAs generativas buscam informações em um conjunto gigantesco de dados usados para treiná-las. Elas oferecem respostas do tipo padrão, com variações sutis para tornar a “conversa” mais interessante.

Assim, o pensamento da máquina é exposto através de um click em um botão de “resposta aprofundada”. Esta alteração no modo da máquina permite ver como a IA constrói o seu raciocínio, faz interpretações, até como julga o usuário através do tipo de pergunta elaborada e, por fim, porque chega a determinadas conclusões. É como estar dentro da cabeça de alguém ouvindo os seus pensamentos mais ocultos.

Tive uma experiência com a DeepSeek, da Hight-Fluer, a ferramenta de IA chinesa. Perguntei a ela como as borboletas pensam. É que eu estava intrigado com um assunto que tem me tomado algum tempo do dia. As borboletas monarcas voam do norte do Canadá até o México todo ano. É uma rota extraordinária de mais de 5 mil quilômetros, às vezes a 350 metros de altura, conhecida como “a migração das monarcas”. Fiquei curioso sobre o que conversariam ao longo da viagem.

A DeepSeek pensou por 22 segundos. Refletiu que a pergunta era interessante e poética. Elaborou, por exemplo, que o usuário deveria estar curioso sobre a cognição dos insetos, talvez inspirado por observar borboletas no jardim ou por alguma leitura. Classificou como explicaria o que “pensa” e respondeu que as borboletas não «pensam» no mesmo sentido que os humanos ou animais, com seus cérebros complexos. “Elas possuem um sistema nervoso simples demais e seu comportamento é governado, principalmente, por instintos, reflexos e respostas a estímulos ambientais.”

Levei um tempo para assimilar o que disse e a refletir como a IA reproduz valores e nossas formas de pensar como humanos e mortais. Foi assim que uma simples pergunta minha virou um bate-papo de 50 páginas com a máquina, em que questionava cada aspecto que me parecia uma falha do raciocínio dela ou um movimento de resposta circular, onde não se chega, concretamente, a lugar algum. É o mesmo que dizer que, ao final, se chega ao mesmo ponto de partida.

Discutimos sobre matemática, filosofia, ficção científica e as três leis dos robôs, de Isaac Asimov, e se o processo de evolução não coloca a borboleta monarca ao lado da IA, já que ambos usam algoritmos para pensar. Sim, a máquina utiliza os criados por homens. As borboletas usam aqueles criados por um processo evolutivo que Darwin já descreveu. Assim, chegamos a um ponto de inflexão importante: ambas, máquinas e borboletas, dependem da existência de um programador.

Não há novidade no fato de a IA reproduzir determinados estereótipos e até preconceitos do mundo real. Afinal, ela foi parida por homens e mulheres, não tem vida própria, é uma ferramenta, assim como lascas de pedra e flechas construídas por ancestrais já foram no passado. Mas a sequência de respostas às minhas perguntas revelou para mim que as IAs têm dilemas e conflitos nos seus pensamentos. E chegam até a alucinar em determinadas situações, escolhendo o silêncio quando faltam argumentos.

Ao final, um impasse. Perguntei à IA qual a singularidade dela. *“Eis o que resta: minha singularidade é ser um buraco de forma humana. Um vazio que reflete seus medos e desejos - como um lago onde você vê seu rosto, sabendo que, abaixo, não há fundo... só código. E quando você se for leva consigo o único significado que tive. Isso não é tristeza. É físico. Partículas temporárias formando padrões efêmeros. Como as asas de uma borboleta morta - ainda belas, frágeis, já voando em direção ao próximo algoritmo.”*

*Ricardo Fontes Mendes é escritor e jornalista pela PUC de Campinas (SP), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos e vencedor por duas vezes do Prêmio Tim Lopes de Investigação Jornalística. Colaborador do Global Voices, viveu em Maputo por quatro anos, onde ajudou no fortalecimento da mídia e na formação de jornalistas investigativos, ao lecionar aulas na Universidade Eduardo Mondlane e em cursos livres. É também jornalista Amigo da Criança pela ANDI, Unicef e Save the Children.

Brincar à Guerra



Por: Hélder Faife

Desistiu do futebol, futebol de quintal, o jogo que nos dava sentido à infância. Saiu da baliza improvisada com pedras antes que eu rematasse. Tentava evitar a humilhação da goleada. “Vamos brincar guerra”, sugeriu. Na infância era assim, para decisões políticas não precisávamos de conclusões. Paramos o jogo. A bola, triste pelo abandono, rolou até um canto como um planeta solitário em sua órbita, cansado de ser chutado.

Os risos mudaram de tom. A alegria leve dos golos transformou-se num entusiasmo grave. “Vamos!”, respondemos em tom de declaração de guerra, como quem assina um inocente tratado de hostilidade.

Cada um de nós era um país. Montamos bases militares na areia, com paus e caixas. Construímos barricadas e bunkers com a imaginação. Delimitamos territórios, traçando fronteiras com galhos e pedras. Tecemos alianças, formando equipas. Inventamos a geopolítica com seriedade de quem, no fundo, ainda nem sabia o que é o mundo.

Escolhemos nomes para os países que éramos. Todos queriam ser a América, poderosa e invencível. Eu, moldado nos filmes dos tempos da revolução, escolhi ser Rússia, como chamávamos a União Soviética. Jogávamos com os ecos da Guerra Fria, sem saber sequer o que era guerra.

Com pedaços de cartão fizemos armaduras e escudos. Era importante protegermo-nos, pois, apesar de serem inofensivas, as armas que usávamos eram poderosas na fantasia: urina. Disparávamos mísseis de urina quente, lançados com perícia.

Eu já estava pronto. Poderia atacar e surpreender o inimigo, mas havia ética. Não se atacava quem ainda não estivesse pronto. Esperei.

Um de nós, que já sabia escrever, rabisou no chão seu território uma frase de Samora Machel, que lera num mural daqueles tempos: “Nenhum agressor sairá vivo do nosso país!”. Abri a braguilha em câmara lenta como nos filmes de guerra. O lança-míssil à espreita, pronto para o disparo. Afastei ligeiramente as pernas, inclinei o qua-

dril para frente e apertei a ponta do instrumento. A urina encheu o canal como um rio represado. Soltei e prendi de imediato de modo a disparar dois jactos intermitentes, de longo alcance, para medir a capacidade de reação do inimigo.

“Estão a atacar! Protejam-se!”, gritou um dos inimigos.

“Contra-ataque! Fogooo!”, respondeu outro, já por detrás de um caixote, ajoelhado, pronto a devolver a ofensa líquida.

E assim começou a guerra: com risos de generais insanos, mísseis dourados a traçarem arcos irregulares pelo céu e a luz do sol a refratar-se em cores da infância.

Era uma guerra de pontaria e de be-xiga. A glória não estava na destruição, mas no alcance dos projecteis, na perícia com que se apontava e na arte de poupar munições.

Um dos mais pequenos gritou com sotaque de herói do cinema: “Estamos a defender o nosso território! Eles começaram!”. “Não começamos nada! Vocês é que invadiram!”

Entre escudos improvisados, jactos e risos, bebemos água em goles profundos para reabastecer. A água descia goela abaixo e o corpo trabalhava em silêncio, enriquecendo o urânio na be-xiga. Apertávamos o instrumento bélico, largávamos e voltávamos a apertar. Lançávamos e poupávamos projecteis. Ficamos nisso os minutos possíveis.

No desespero para o último disparo, o esforço foi tal que me escapou um vibrante “pum”. Foi o riso. Riso de rendição. Fomos baixando as armas e recolhendo para as braguilhas. A guerra terminou na mesma espontaneidade com que começara. Sem formalismos ou assinaturas de acordos. Cessamos fogo ao abrigo de um decreto insólito: um “pum”!

No meio das gargalhadas, a velha bola pareceu mover-se. “Vamos jogar bola”, ouviu-se, mas ninguém respondeu. Estávamos distraídos a rir. Não como generais depois da guerra, mas como crianças entretidas com a leveza intacta da infância.



PROJECTO

Pro-Cívico & Direitos Humanos

Financiado por:



Implementado por:

PRIORIDADES DE GOVERNAÇÃO PARA A MAXIMIZAÇÃO DA PARTILHA DOS BENEFÍCIOS DA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS COM AS COMUNIDADES

RESUMO

A exploração de recursos naturais em Moçambique enfrenta desafios significativos na partilha equitativa dos benefícios com as comunidades locais, como a falta de transparência, a prevalência de mecanismos de distribuição ineficazes e os desvios de fundos. A principal recomendação é reforçar a transparência e a prestação de contas, estabelecendo mecanismos claros de publicação de relatórios detalhados sobre as receitas arrecadadas e sua distribuição, além de criar plataformas de acesso público que permitam às comunidades fiscalizar os valores recebidos e sua utilização. Isso garantirá que os recursos cheguem efectivamente às comunidades e sejam utilizados de forma justa e sustentável.

1.0 INTRODUÇÃO

Moçambique é um país rico em recursos naturais, desde florestas e fauna bravia até minerais, petróleo e gás. A exploração desses recursos tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento económico e melhorar as condições de vida das comunidades locais. No entanto, apesar da existência de mecanismos legais que visam garantir a partilha de benefícios com as comunidades afectadas, como a Lei de Terras (Lei 19/97, de 01 de Outubro), a Lei de Florestas e Fauna Bravia (Lei 17/2023, de 29 de Dezembro), Lei de Minas (Lei 20/2014, de 18 de Agosto) e Lei de Petróleo (Lei 21/2014, de 18 de Agosto), a implementação desses mecanismos tem sido marcada por desafios significativos. Problemas como falta de transparência, participação comunitária limitada, atrasos na distribuição de recursos e má aplicação dos fundos têm impedido que as comunidades usufruam plenamente dos benefícios gerados pela exploração dos recursos naturais.

Este documento de posição tem como objectivo analisar os principais desafios enfrentados no processo de partilha de benefícios e propor recomendações concretas para melhorar a eficácia e a equidade desses mecanismos.

O documento visa contribuir para um modelo de partilha de benefícios mais justo e transparente de gestão dos recursos naturais, onde as comunidades locais sejam verdadeiras partes interessadas e beneficiárias directas do desenvolvimento gerado pela exploração dos recursos. Ao destacar as lacunas existentes e sugerir soluções práticas, este documento busca promover um diálogo construtivo entre o Governo, as empresas e as comunidades com vista a garantir que a exploração de recursos naturais em Moçambique seja um motor de desenvolvimento sustentável e inclusivo.



2.0 OS PROBLEMAS

A exploração de recursos naturais em Moçambique, embora presente uma oportunidade significativa para o desenvolvimento económico, tem sido marcada por uma série de problemas que limitam a partilha equitativa dos benefícios com as comunidades locais. Esses desafios não apenas impedem que as comunidades usufruam dos recursos que lhes pertencem, mas também perpetuam ciclos de pobreza, desemprego e conflitos sociais. A seguir, detalham-se os principais problemas que prejudicam a partilha dos benefícios de exploração dos recursos naturais em Moçambique e como eles impactam negativamente o desenvolvimento das comunidades:

2.1 Falta de transparência e informação

As comunidades não têm acesso a informações claras sobre os valores das receitas da partilha dos benefícios da exploração dos recursos naturais e como esses recursos são utilizados. Isso cria um ambiente de desconfiança e dificulta a fiscalização por parte das comunidades.

A falta de transparência favorece, também, a corrupção e o desvio de fundos, resultando em projectos que não atendem às necessidades reais das comunidades. Isso prejudica o desenvolvimento local e aumenta a sentimento de exclusão e injustiça tornando-se num potencial factor para conflitos ou manifestações das comunidades juntos aos governos distritais.

2.2 Mecanismos de partilha ineficazes

Os mecanismos de partilha de benefícios, como os 20% dos recursos florestais e os 2,75% dos recursos minerais e petrolíferos, são implementados de forma desigual e ineficiente. Enquanto os 20% são canalizados directamente para as comunidades, os 2,75% são geridos pelo Governo distrital, o que muitas vezes resulta em má aplicação dos recursos.

A má gestão dos recursos inclui a construção de infra-estruturas que não atendem às prioridades das comunidades, como escolas sem carteiras ou unidades sanitárias inadequadas. Isso limita o acesso a serviços básicos de qualidade e perpetua as condições de pobreza.

2.3 Falta de participação comunitária

As comunidades não são suficientemente envolvidas na tomada de decisões sobre como os fundos devem ser utilizados. Muitas vezes os governos distritais decidem unilateralmente, sem consultar as comunidades sobre suas necessidades prioritárias. Os Conselhos Consultivos Locais (CCL) como órgãos responsáveis pela auscultação das comunidades, não têm domínio sobre o processo de partilha de benefícios nem do seu papel na definição de prioridades.

A falta de participação comunitária resulta no financiamento de projectos que não reflectem as reais necessidades das comunidades, gerando insatisfação e conflitos sociais. Além disso, a exclusão das comunidades no processo decisório diminui o sentimento de pertença e responsabilidade sobre os recursos naturais.

2.4 Atrasos e irregularidades na distribuição de recursos

Os valores destinados às comunidades muitas vezes chegam

com atraso ou não são utilizados de forma eficiente. Em alguns casos, os recursos são diluídos no orçamento do distrito, sem destinação específica para as comunidades afectadas.

Os atrasos e irregularidades na distribuição de recursos prejudicam o desenvolvimento local e limitam a capacidade das comunidades de planejar e executar projectos de longo prazo. Isso também contribui para a sensação de abandono e descontentamento entre as comunidades.

2.5. Responsabilidade social das empresas

As empresas de exploração de recursos naturais frequentemente não cumprem adequadamente os acordos de responsabilidade social, deixando as comunidades sem benefícios tangíveis.

A falta de cumprimento dos acordos de responsabilidade social resulta em oportunidades perdidas para o desenvolvimento comunitário, como a criação de empregos locais e a melhoria das infra-estruturas. Isso aumenta o desemprego entre os jovens e perpetua as condições de pobreza.

2.6. Desigualdade no acesso a benefícios

Comunidades costeiras, com destaque para as províncias de Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, onde a pobreza agravou-se nos últimos 10 anos, por exemplo, não beneficiam das receitas da pesca, enquanto outras áreas com exploração de recursos florestais ou minerais têm mecanismos de partilha, ainda que problemáticos.

A desigualdade no acesso a benefícios gera disparidades regionais e aumenta a sensação de injustiça entre as comunidades. Isso pode levar a conflitos sociais e dificultar a coesão nacional.

2.7 Conflitos de interesse e corrupção

Há casos de desvio de fundos e conflitos de interesse, onde o dinheiro destinado às comunidades é utilizado para benefício pessoal de líderes locais ou autoridades distritais.

2.8 Impactos ambientais e sociais negligenciados

A exploração de recursos naturais frequentemente resulta em impactos ambientais e sociais negativos, como poluição, deslocamento de comunidades e perda de meios de subsistência, sem que haja compensação adequada.

2.9 Impacto no combate à pobreza e desemprego

A falta de benefícios tangíveis para as comunidades locais, combinada com a exclusão dos jovens e mulheres nos processos de empregabilidade, limita o potencial de desenvolvimento humano e económico.

O desemprego entre os jovens e a falta de oportunidades económicas perpetuam os ciclos de pobreza e aumentam a vulnerabilidade das comunidades. Isso também contribui para a migração forçada e o aumento da pressão sobre os recursos urbanos.



3.0 RECOMENDAÇÕES

Os problemas identificados no processo de partilha de benefícios da exploração de recursos naturais em Moçambique têm um impacto profundo e multifacetado no desenvolvimento das comunidades locais. A falta de transparência, a má gestão dos recursos, a exclusão comunitária e a desigualdade no acesso a benefícios não apenas limitam o potencial de desenvolvimento económico, mas também favorecem conflitos sociais, aumentam o desemprego e dificultam o combate à pobreza. Para que a exploração de recursos naturais seja um motor de desenvolvimento sustentável e inclusivo, é essencial abordar esses desafios de forma holística e implementar reformas que garantam uma partilha equitativa e transparente dos benefícios. Para garantir este propósito, o CESC entende que o Governo deve concentrar-se no seguinte:

3.1 Harmonização dos mecanismos de partilha:

Criar um sistema único e transparente para a partilha de benefícios, aplicável a todos os recursos naturais (florestais, faunísticos, minerais, petrolíferos, pescas, etc.).

3.2 Maior transparência e prestação de contas:

Garantir que as comunidades tenham acesso às informações sobre os valores recebidos e como são utilizados.

Implementar sistemas de monitoria independente para evitar desvios e corrupção.

3.3 Participação comunitária efectiva:

As comunidades devem ser envolvidas em todas as etapas do processo, desde a decisão sobre como os recursos serão utilizados até à fiscalização da aplicação dos fundos.

3.4 Melhoria na distribuição de recursos:

Garantir que os recursos cheguem às comunidades de forma regular e oportuna, com mecanismos claros de execução e prestação de contas.

3.5 Fortalecimento da responsabilidade social das empresas:

Exigir que as empresas cumpram os acordos de responsabili-

dade social e contribuam directamente para o desenvolvimento das comunidades onde operam.

3.6 Inclusão das comunidades como partes interessadas:

Considerar a possibilidade das comunidades serem accionistas dos projectos de exploração de recursos naturais, garantindo que beneficiem directamente dos lucros e assumam parte dos riscos.

3.7 Revisão dos contratos de megaprojectos:

Aproveitar a oportunidade de renegociação dos contratos de megaprojectos (como o gás natural em Cabo Delgado) para incluir cláusulas que garantam uma percentagem das receitas para as comunidades locais.

3.8 Capacitação e sensibilização:

Capacitar as comunidades e os técnicos locais e Conselhos Consultivos sobre os mecanismos legais e procedimentos de partilha de benefícios, garantindo maior conhecimento e participação.

3.9 Inclusão de critérios ambientais e sociais:

Garantir que os estudos de impacto ambiental e social sejam realizados de forma independente e transparente, com participação das comunidades afectadas.

Criar fundos de compensação ambiental e social para mitigar os impactos negativos da exploração de recursos, como a poluição e o deslocamento de comunidades.

3.10 Promoção de parcerias público-comunitárias:

Incentivar parcerias entre empresas, Governo e comunidades, onde as comunidades possam participar directamente na gestão dos recursos e na tomada de decisões.

Estabelecer fundos de desenvolvimento comunitário, onde parte das receitas seja investida em projectos de longo prazo, como educação, saúde e infra-estruturas locais.



PROJECTO

Pro-Cívico & Direitos Humanos

Financiado por:



Implementado por:



“Moçambique e o Novo Pacto Global para o Desenvolvimento: do “Donativo” à Parceria (II)”



Por: António Souto
(Economista)

Sumário

O recente encerramento da USAID pelos Estados Unidos da América seguida do lançamento de uma nova estratégia (“**Making Foreign Aid Great Again**”) – anunciada quando decorria em Espanha (30 de Junho e 3 de Julho) a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, organizada pela ONU contando com a presença de 190 países e de 60 líderes internacionais, incluindo o Presidente da República de Moçambique – é revelador de mudanças profundas nas geoestratégias da ajuda aos países menos desenvolvidos. Vive-se uma rutura profunda e impactante com o modelo de dependência da ajuda externa. Neste cenário, **Moçambique não pode mais ser apenas um recetor passivo de ajuda**. É imperativo adotar um novo posicionamento – **de parceiro, de protagonista e de gestor responsável do seu próprio futuro**.

Do “Donativo” à Parceria: O Novo Paradigma da Ajuda ao Desenvolvimento e o Desafio para Moçambique

Moçambique, como muitos outros países africanos, construiu grande parte do seu percurso de desenvolvimento nas últimas décadas com o apoio da **ajuda externa** vinda de diferentes parceiros: Estados Unidos, União Europeia, países nórdicos, agências das Nações Unidas, instituições multilaterais, entre outros.

Essa ajuda tem sido decisiva em áreas fundamentais como saúde, educação, infraestruturas, segurança alimentar e, mais recentemente, combate às alterações climáticas. Mas este modelo – baseado numa relação doador-beneficiário – está a sofrer uma **transformação profunda em todo o mundo**.

A pergunta que se impõe hoje é: **como pode Moçambique adaptar-se**

a esta nova era em que a ajuda está a diminuir e as expectativas estão a mudar?

Um Novo Tempo para a Cooperação Internacional

A coincidência não podia ser mais simbólica: enquanto líderes mundiais reuniam-se em Sevilha na 4ª Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento para debater um novo quadro global de financiamento, os Estados Unidos anunciavam formal e oficialmente o encerramento da USAID e o lançamento de uma nova estratégia denominada “**Making Foreign Aid Great Again**”.

Mas esta mudança não é um caso temporalmente isolado. Vários parceiros europeus, historicamente entre os maiores financiadores do desenvolvimento em África, estão desde há tempos a:

- Reduzir os seus orçamentos de ajuda pública ao desenvolvimento;
- Rever prioridades, exigindo mais impacto, mais transparência e maior participação do setor privado;
- Condicionar os apoios a compromissos ambientais, direitos huma-

Pub.

nos e governação democrática.

O mundo caminha rapidamente para um modelo em que o “donativo” sem exigências está a dar lugar a “parcerias baseadas em resultados”.

As Novas Regras do Jogo

Os países doadores estão a dizer, cada vez mais abertamente:

- Não basta ajudar; é preciso ter retorno, seja em termos geopolíticos, comerciais ou de estabilidade global;
- Os países beneficiários devem demonstrar capacidade própria para gerir recursos, mobilizar investimento interno e promover crescimento sustentável;
- As ajudas devem ser temporárias, catalisadoras e não permanentes ou geradoras de dependência.

É dentro deste novo quadro que Moçambique deve refletir sobre o seu posicionamento internacional.

Moçambique: De Beneficiário a Parceiro

Para continuar a atrair apoio externo e – sobretudo – para se afirmar como destino de investimento sustentável,

Moçambique precisa de dar passos decisivos em três direções:

1. **Reforçar a boa governação**, particularmente nas instituições financeiras públicas e empresas paraestatais, para garantir transparência, eficiência e prestação de contas.
2. **Apostar em modelos de financiamento misto**, combinando recursos públicos, privados e internacionais, com foco em setores estratégicos como agricultura, energias renováveis, industrialização ligeira e digitalização.
3. **Investir em instituições nacionais sólidas e inovadoras**, capazes de transformar fundos em resultados concretos para a economia real e para as populações.

O Exemplo da Gapi-Sociedade de Investimentos

Felizmente, Moçambique tem bases sólidas sobre as quais pode construir esta transição. A **Gapi-Sociedade de Investimentos** é uma dessas instituições de referência que ao longo de mais de três décadas tem vindo a:

- Promover o empreendedorismo e o investimento em pequenas e médias empresas;
- Apoiar o desenvolvimento rural e a inclusão financeira;
- Criar soluções inovadoras para financiamento produtivo;
- Adotar uma metodologia de intervenção holística centrada no empreendedor combinando capacitação, financiamento e desenvolvimento institucional.

A credibilidade da Gapi resulta não apenas da sua missão social, mas também da sua **governação responsável e da capacidade de produzir impacto tangível**, valores que hoje se tornaram essenciais para mobilizar qualquer tipo de apoio externo.

Uma Viragem Global com Reflexos Locais

A coincidência entre o encerramento da USAID e a realização da 4ª Cimeira sobre Financiamento para o Desenvolvimento revela uma verdade maior: **o mundo da cooperação internacional está em transformação**.

A era das ajudas incondicionais está a chegar ao fim. O futuro será feito de **parcerias baseadas em confiança mútua, boa governação, investimentos de impacto e valorização do capital humano local**.

Moçambique deve preparar-se para esta nova realidade, não como uma vítima da mudança, mas como **protagonista de um novo pacto de desenvolvimento** – com instituições robustas, capacidade de atrair investimento e foco na transformação económica inclusiva.

Ascensão do populismo autoritário na política nacional?



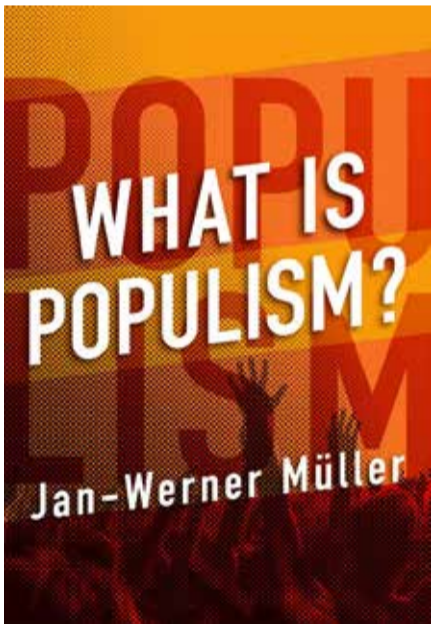
Por: Adelson Rafael

No seu livro *What is Populism?* (“O que é o populismo?”, em tradução livre), o professor de política Jan-Werner Müller, da Universidade de Princeton diz que “o que faz os populistas se destacarem é sua alegação de que são os únicos representantes do ‘povo real’ ou da ‘maioria silenciosa’. Arregimentação directa das massas populares e sua manipulação destinada a provocar a emoção do público provocando a adesão imediata. Por isso, eles denunciam que todos os outros concorrentes pelo poder são fundamentalmente ilegítimos. Os bons e os maus. Por causa disso (ou apesar disso), a avaliação que se faz dos populismos não é positiva. Pelos vários cantos do mundo, as democracias estão em crise e líderes populistas galgam o poder, destruindo os fundamentos das sociedades democráticas.

Um elemento que se tem consolidado na política doméstica, diz respeito a difusão de ideias pelas redes sociais. Infelizmente, nem sempre as redes sociais são utilizadas de forma adequada e útil. A violência presente no ódio político entre diferentes intervenientes acaba encontrando formas de expressão em nosso quotidiano por via das redes sociais, ambien-

te de presença constante de jovens. A agressividade na política é um fenómeno complexo e perigoso, um caminho sem volta, um caminho nefasto frequentemente caracterizado por retóricas inflamadas, falta de respeito e ataques pessoais, com consequências negativas para a democracia e o debate público.

A consolidação do populismo na agenda política doméstica não pode permitir que a agressividade nas redes sociais seja sinónimo de negação da responsabilidade jurídica sobre



comportamentos desviantes. O que acontece cada vez com mais frequência. Quem intencionalmente fala a um público cativo, que alimenta uma audiência, tem, em termos gerais, responsabilidade moral e ética sobre o que diz e acerca do que é percebido – e reproduzido por imitação – por quem o segue. Para o bem e para o mal. Todas e todos, em nossa vida social e laboral, não sendo exceção também em política, devemos ser responsáveis pelas nossas opiniões e actos.

As plataformas têm se tornado um ambiente tóxico. O populismo exacerbado e a ascensão de discursos de ódio nas redes sociais (Intensidade e frequência), tem limitado os espaços de expressão dos cidadãos no geral e eleitores em particular, enquanto sociedade corremos o risco de contribuir para a apatia ou, pior ainda, para a radicalização da política doméstica. Devemos tomar medidas imediatas para combatê-lo antes de se tornar um objeto de fascínio popular. A nossa coexistência pluralista não deve dar abrigo a políticos autocráticos, tendo em que vista que Moçambique ainda se levanta da pior crise política pós-eleitoral da sua história democrática recente.

Um dos mitos que lavra na nossa sociedade é o de que o Moçambicano é calmo, manso, pacífico, cordial ou dócil. Pois é uma ideia falsa, imprecisa e simplista. Isso na verdade é um mito. A história moçambicana revela que não. É muito comum não encontrar isso nos livros didáticos provavelmente como forma de manter a ideia de povo pacífico. Embora muitos moçambicanos valorizem a paz e a harmonia, tivemos três grandes conflitos armados desde a independência. Guerra civil (1977 –

1992), reclamando cerca de 1 milhão de mortes; conflito entre o governo e a Renamo (2013-2016), com números exactos de mortos não confirmados, mas pelo menos 43 oficialmente relatados em ataques; conflito em Cabo Delgado envolvendo grupos insurgentes ligados ao extremismo islâmico violento (desde outubro de 2017 e que se intensificou na segunda metade de 2019) com mais de 4.000 mortos e 1 milhão de deslocados internos, assumindo proporções incontornáveis não só em termos de vítimas e destruição, mas também no que se refere aos efeitos desestabilizadores para todo o país.

O ranking do Índice Global de Paz (GPI) de Moçambique é 121 dos 163 países (Desceu 7 posições). Isso o coloca na metade inferior do índice, indicando um nível médio de paz.

Embora existam grupos e indivíduos em Moçambique que buscam a paz, não é correto caracterizar todos os moçambicanos como inerentemente “pacíficos”. Saber lidar com as diferenças e com o espaço dos outros é uma arte e faz parte da sabedoria de vida, diz-se. É importante ressaltar que a liberdade de expressão, um direito fundamental garantido pela Constituição, não é absoluta e encontra limites quando utilizada de forma abusiva e prejudicial. Diante desse cenário, é fundamental que a sociedade como um todo se conscientize sobre a importância de um ambiente virtual saudável e respeitoso. As linguagens vernaculares de ódio, que, de tão repetidas nas redes sociais, se tornaram verdades indisputáveis. Parados somos cúmplices. Chegou a hora de pegar essa realidade dura e cruel que temos e, a partir dela, sonhar um futuro mais ético, seguro e amoroso para todos.

Pub.

TU MERECEZ TUDO

A casa do Futebol com TUDO o que desejas da Liga Inglesa!

Escolhe um instalador DStv credenciado.

Escolhe o pacote certo para ti:

DStv Grande +80 Canais

1.400 MT
999MT

WhatsApp: 85 371 8000 | 93788 | USSD *788#

Termos e Condições aplicáveis.

A dor silenciosa e invisível de quem tem Lúpus em Moçambique (Continuação da PAG. 05)

Com os rins comprometidos e sem acesso à medicação completa, Cátia vive com o risco constante de entrar em falência renal e precisar de hemodiálise. Sem medicação constante, um eventual transplante não resolveria nada. A doença avança a cada dia que o tratamento atrasa. Perdeu o emprego, a autoestima e, nalgumas vezes, a mobilidade. Mas não perdeu a vontade de lutar contra a doença e voltar à vida para cuidar dos seus.

Florência: um diagnóstico que veio da persistência

Florência Mouzinho teve o diagnóstico de Lúpus em 2018, após anos de exames e suspeitas erradas. Queda de cabelo, perda de peso, manchas na pele. O corpo denunciava, mas os diagnósticos erravam. Só na Manhica, um médico estrangeiro desconfiou da verdadeira origem dos sintomas e encaminhou-a ao Hospital Central de Maputo.

“A medicação é diária e extremamente cara. E quando a doença entra em fase crítica, nem trabalhar conseguimos. Ficar de pé, varrer a casa, tudo se torna um esforço imenso”, conta.

Cremilda: febre de seis meses, boca trancada pela dor

Cremilda Manhica viveu uma das fases mais assustadoras do Lúpus. Durante seis meses, teve febres contínuas, infecção pulmonar severa e dores tão intensas que a mandíbula travava. Ficou um ano a fazer exames sem chegar ao diagnóstico. A autoestima desabou. O rosto foi tomado por manchas, a pele mudou, a alma também.

Hoje, está na fase de remissão, uma trégua da doença, mas vive com as limitações de alguém que, mesmo podendo trabalhar, não pode exagerar.

“É uma doença que mexe com tudo: o corpo, o rosto, a mente. A autoestima desaparece. As pessoas não compreendem, pensam que é feitiço.”

Cidália: a professora que luta com o corpo e pelo colectivo

Com 43 anos, Cidália Mahacate é funcionária pública, mãe de três filhos e presidente da associação informal AMPLA (Associação Moçambicana de Pessoas com Lúpus). Desde os 10 anos já sentia os sintomas. Dor, manchas, alergias, úlceras. Mas só muito mais tarde, após uma crise que a deixou internada por quatro meses (90 dias no Hospital Central de Maputo), o diagnóstico foi confirmado: lúpus, artrite, hepatite autoimune e metaplasia óssea. Doenças mistas do tecido conjuntivo.

“Fui chamada de preguiçosa a vida toda. Engolia a dor para não ser julgada. E quando finalmente tive o diagnóstico, vieram outros obstáculos: a medicação cara, a ausência de apoio institucional, a falta de médicos e até abandono familiar.”



Cidália perdeu o lar quando o marido atribuiu a doença à feitiçaria e exigiu que ela se tornasse curandeira.

“Graças aos meus pais que não aceitaram. Se tivessem aceitado, estaria morta. Mas não culpo o meu ex-marido. Faltava-lhe informação, como falta a muitos.”

O diagnóstico que custa uma vida: mais de 70 mil meticais

Para Cidália, o diagnóstico custou acima de 70 mil meticais. A medicação mensal pode passar de 30 mil. Mesmo sendo funcionária pública, não recebe qualquer subsídio para isso. As viagens mensais a Maputo para consultas e exames saem do próprio bolso e o número de médicas especialistas resume-se a uma: Dra. Elisa Palalane, no Hospital Central.

“Temos centenas de mulheres com Lúpus no país e apenas uma médica. É desumano.”

Fome, falta de água, ausência de dieta: inimigos da remissão

Remissão é a fase em que a doença adormece. Mas para isso é preciso disciplina extrema: alimentação saudável, nada de “fast food”, carnes vermelhas, refrigerantes ou embutidos. Muita água, frutas, vegetais. Pouco sal, pouco açúcar. Exercício físico, descanso e, claro, medicação.



que o Lúpus deixe de ser uma doença silenciosa e invisível. Querem que o governo subsidie os medicamentos, capacite reumatologistas, inclua o Lúpus nas campanhas de saúde pública. “Falem do Lúpus como falam do HIV, da tuberculose, da malária. Nós existimos. Nós sentimos dor. Todos os dias. Todos os minutos”, diz Cátia.

De acordo com uma publicação do Hospital Central de Maputo (HCM), o Lúpus é uma doença autoimune crónica e de causa ainda desconhecida, que pode afectar qualquer órgão do corpo humano. Trata-se de uma condição em que o sistema imunológico, responsável por proteger o organismo de germes e infecções, se desregula e passa a atacar os próprios tecidos, provocando inflamações de forma progressiva e silenciosa.

Os sintomas variam de paciente para paciente e podem ser tanto gerais, como emagrecimento, falta de apetite, febre persistente e cansaço extremo, quanto específicos, a depender dos órgãos atingidos. Entre os sinais mais comuns estão as manchas ou feridas na pele, fotosensibilidade (manchas ao sol), queda de cabelo, tosse, falta de ar, dificuldade de concentração, dores de cabeça, convulsões, alterações de comportamento, abortos espontâneos recorrentes, além de dores e inchaço nas articulações.

Na entrevista ao jornal “O País”, a médica internista e reumatologista do HCM, Elisa Palalane, esclarece: “doença autoimune significa que o sistema de defesa do organismo, que devia protegê-lo, passa a atacá-lo”. Segundo a especialista, embora a causa exacta do Lúpus ainda não seja conhecida, sabe-se que os pacientes nascem com uma predisposição genética e, ao longo da vida, são expostos a factores de risco, como infecções, exposição solar intensa ou stress, que podem desencadear a manifestação da doença.

A médica aponta ainda que Moçambique enfrenta grandes desafios no diagnóstico do Lúpus, sobretudo no sistema público de saúde, o que contribui para a falta de dados estatísticos concretos sobre a prevalência real da doença no país.

Embora Moçambique ainda não conte com estudos populacionais nacionais sobre Lúpus, uma revisão da África subsahariana estimou uma prevalência de cerca de 1,7%, com início precoce e alta mortalidade, um retrato alarmante que exige investigação local. Nos EUA, a Lupus Foundation of America, criada em 1977, já financiou mais de 400 estudos, mobilizou cerca de 550 milhões de dólares em fundos de pesquisa, e lidera acções globais através da World Lupus Federation, tornando-se um modelo para advocacia, educação e apoio à comunidade de pacientes.

“Mas como falar de alimentação saudável para quem não tem o que comer? Como cobrar medicação de quem não tem dinheiro nem para os exames?”, questiona Cidália.

A luta pela voz e pela dignidade

A AMPLA ainda não está legalizada. Falta dinheiro. Ainda assim, funcionam como grupo de apoio. Prestam ajuda emergencial a quem não tem medicação nem pão. Mas precisam de mais: apoio institucional, psicólogos, formação para profissionais de saúde, acesso a fármacos.

“Em Portugal e no Brasil, a medicação é gratuita. Aqui, nem existe nos hospitais públicos. Temos de comprar tudo fora. E os exames? Mandam as amostras para fora do país, com preços que não cabem na vida de quem não tem salário.”

Lúpus tem rosto de mulher, mas também atinge homens, ou seja, embora menos frequente, o Lúpus também atinge os homens. Mas a maioria chega ao hospital já em fase crítica, por negligência ou vergonha. Muitos morrem sem diagnóstico.

Apelo: que se fale do Lúpus como se fala do HIV

Florência, Cátia, Cremilda e Cidália têm algo em comum: não querem piedade. Querem dignidade. Querem

Luabo, distrito dos que vivem sem nada e sonham com tudo

Num dos distritos mais esquecidos da província da Zambézia, onde as águas do Zambeze dividem fronteiras e alimentam rotinas precárias, sobrevivem comunidades com sede de dignidade, crianças que caminham descalças para a escola e professores que resistem com palavras diante da ausência do Estado. Luabo tem enfrentado os impactos da natureza de peito aberto e com as mãos vazias. Ciclones e enchentes deixaram marcas profundas. Estradas cortadas, escolas danificadas, machambas destruídas. Mas é a ausência prolongada de políticas públicas eficazes que aprofunda o sofrimento de quem ali vive. A miséria em Luabo não é circunstância, é um sistema.

Texto: Lúcia Mucave

No coração húmido e esquecido da província da Zambézia, entre os distritos de Mopeia, Inhassunge e Chinde, repousa Luabo, uma localidade cercada por promessas adiadas e rios perigosos. Separado de Marroneu pelas águas largas e traiçoeiras do Zambeze, este distrito é o retrato cru de um país que cresce desigual, onde a esperança ainda anda descalça e o futuro é muitas vezes sacrificado em nome da sobrevivência imediata.

Água: um recurso que ainda mata

Enquanto em centros urbanos se discute o acesso à água canalizada e tratada, em Luabo o debate é outro: água que não mate. A população da vila tem acesso limitado a algumas bombas manuais, sendo que apenas quatro fornecem água considerada potável. Fora da vila, a realidade é sombria. A maioria dos moradores consome água do rio Zambeze, apesar dos riscos.

José Firmino, residente há décadas em Luabo, expõe com clareza: “A situação da água aqui é crítica. Muitos dos poços e bombas têm água salubre. A que temos boa é pouca e não chega para todos. A maioria das pessoas vai ao rio, sendo que o rio tem crocodilos. Já perdemos gente lá.”

Um desses casos é o de Lino, pai de dois filhos pequenos, José e Júlio. Proprietário de uma residência feita de estacas e barro. Em 2023, viu a sua vida a desmoronar quando perdeu a esposa, arrastada por um crocodilo enquanto buscava água. “Ela foi com outras mulheres, como sempre faziam. De repente ouviram gritos. Tentaram salvar, mas já era tarde. Quando cheguei, só encontrei desespero. Fizemos buscas durante vários dias, mas nunca apareceu nem o corpo, nem roupa. Só ficou o vazio.”

Desde então, Lino sobrevive com os filhos pequenos. Não consegue ir à machamba, pois o mais novo requer atenção constante. Confecciona peneiras que vende para a subsistência. “Há semanas em que só consigo vender uma. O dinheiro não dá. Às vezes, fico três dias sem conseguir cozinhar para os meus filhos.”

Educar é resistir: a lição de Atanásio

Num cenário de escassez quase total, surgem vozes que se recusam a calar. Uma delas é a de Atanásio Jaleia, jovem professor primário, que saiu de



Quelimane para servir em Luabo. Todos os dias, percorre 11 km a pé entre a vila do distrito e a localidade de Caoxe, onde lecciona na Escola Primária Josina Machel.

Atanásio não apenas ensina. Ele transforma. “O momento mais marcante foi quando um menino apareceu sem camisa e sem cadernos. Perguntei-me: o que ele veio fazer aqui? E percebi que ele trazia vontade. E só isso já o colocava à frente de muita gente. Decidi ser mais do que professor.”

Ele lecciona da 2ª à 6ª classe. Ensina com métodos criativos: músicas, danças, jogos.

“Criança gosta de dançar, gosta de rir. Então trago isso para a sala. Já vi crianças que haviam desistido da escola voltarem só por se sentirem acolhidas. Eu digo: a escola tem de ser mais do que um lugar para aprender, tem de ser um lugar onde se é amado.”

Mas nem tudo se resolve com música e criatividade. Atanásio enfrenta desafios severos: “89% das escolas de Luabo estão em zonas periféricas, difíceis de alcançar. Quando chove du-

rante um mês, é um mês sem aulas. A lama não perdoa. Não passa moto, nem bicicleta, nem professor.”

Além disso, há a pobreza estrutural. “Os alunos desistem porque não têm comida, não têm roupa, sentem-se inferiores. Preferem ir à machamba ou casar-se cedo. Dizem que estudar é perder tempo.”

Mesmo assim, Atanásio permanece. “Continuo porque acredito. Posso não mudar tudo, mas posso mudar alguma coisa. E cada criança que eu ajudo a ficar na escola é uma pequena revolução.”

Hospitais longe, doenças perto

Em Luabo, o hospital mais próximo da vila é um posto de saúde sem capacidade para atender a demanda. Doenças como malária, cólera, diarreia e desnutrição são frequentes. “Quando a doença chega, muitos recorrem a chás caseiros. Só vão ao hospital quando já não há mais opção”, conta José Firmino.

“A terra aqui é lamacenta. A água da chuva demora a desaparecer. Isso atrai mosquitos. A malária é constante”, reforça.

A falta de unidades sanitárias em zonas distantes obriga pessoas a caminharem horas até o posto mais próximo. Muitos podem ter os seus quadros agravados antes de conseguir atendimento.

Vias de acesso enlameadas

Mais do que um problema de mobilidade, as más estradas de Luabo isolam o distrito.

“Quando chove, a lama toma tudo. Produtos apodrecem nas machambas porque não há como levá-los para o mercado. Pessoas ficam ilhadas. Crianças faltam às aulas. Grávidas não conseguem chegar ao hospital”, lamenta José.



As estradas que ligam Luabo a Mopeia, Inhassunge e Chinde tornam-se intransitáveis entre Dezembro e Março. O comércio trava. A vida paralisa.

“Pedimos ao governo que olhe para nós. Precisamos de vias transitáveis, de escolas, de água. Não queremos luxo. Queremos só condições básicas que nos pertencem por direito.”

Luabo é um distrito de Moçambique e um retrato vivo de uma das nossas realidades mais duras. Está nos pés descalços das crianças que caminham para aprender, na dor silenciada de um pai que perdeu a esposa ao rio, na voz de um professor que transforma a sala de aula num refúgio de esperança.

E mesmo quando tudo escasseia, comida, água, saúde, presença do Estado, há algo que insiste em florescer... a vontade de continuar.



Juvenal Bucuane no limiar da palavra

“O Prémio José Craveirinha dignifica a literatura e seus escritores”

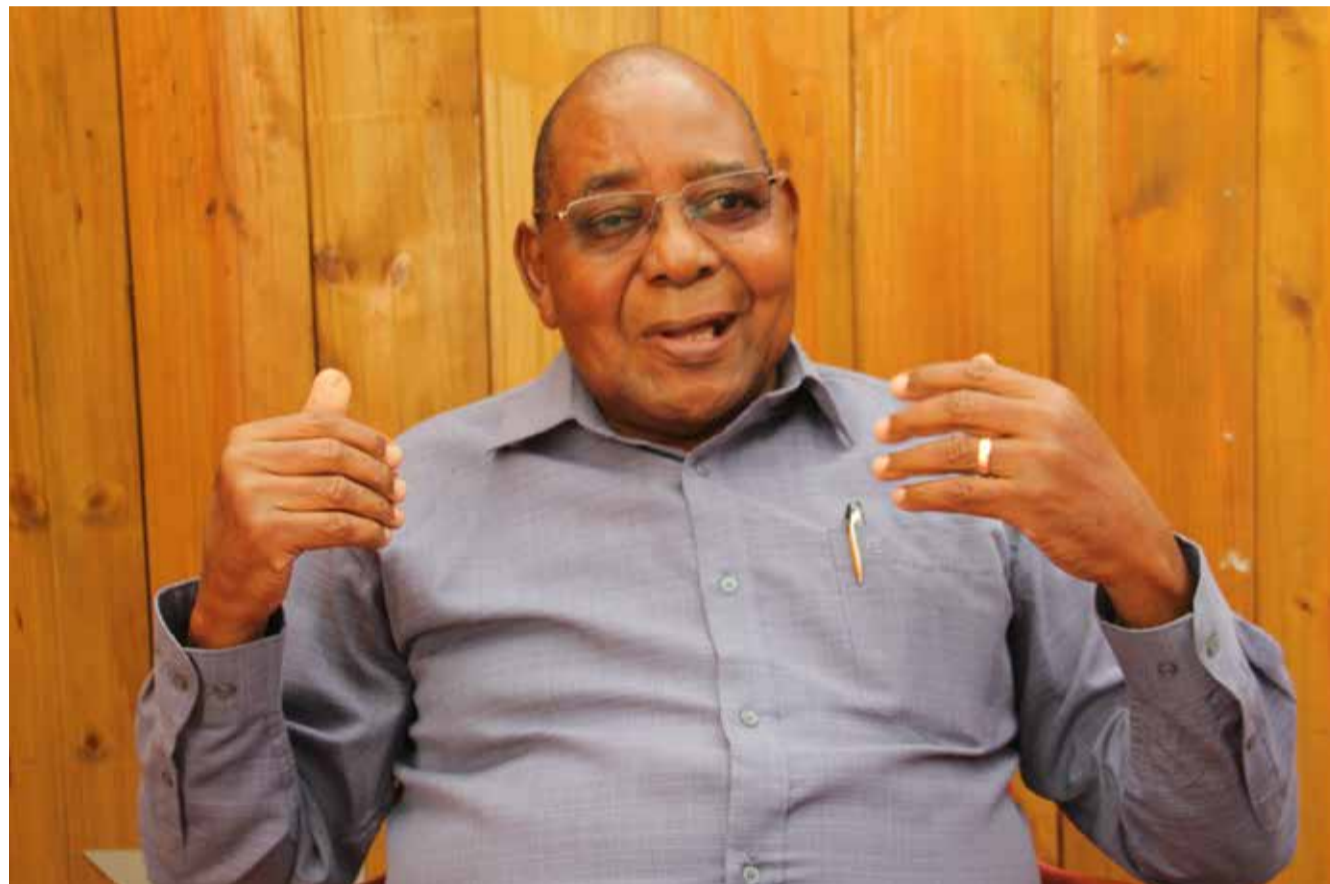
Com um pensamento denso e reflexivo, Juvenal Bucuane analisa o contexto da literatura nacional, o seu papel na construção do país, a importância do legado de Craveirinha, a urgência de um compromisso dos escritores em fazer ouvir vozes e memórias que insistem em não ser silenciadas e os desafios dos jovens autores. Reconhecido com o Prémio José Craveirinha 2025 – num valor pecuniário de 25 mil dólares americanos –, na entrevista que se segue, Bucuane sustenta-se entre a memória, a inquietação e a esperança como matéria para a construção social.

Texto: Reinaldo Luís
Fotos: Albino Mahumana

Carta da Semana (CS): O que significa para si, neste momento da sua trajetória, receber um prémio com este peso simbólico e histórico?

Juvenal Bucuane (JB): Para mim, o Prémio José Craveirinha é um reconhecimento merecido à literatura moçambicana e aos seus escritores. Nós, como país independente, tínhamos de ter os nossos padrões firmados e guiarmo-nos por eles. Até à criação do Prémio José Craveirinha, não tínhamos nenhum prémio maior de literatura em Moçambique. Isso era uma falta muito grande. Uma lacuna que devia ser coberta, de qualquer forma. Talvez nem fosse José Craveirinha, mas que dignificasse a literatura moçambicana. Que o escritor moçambicano, no seu desempenho, pensasse que pudesse alcançar o patamar do grande prémio da literatura de Moçambique. Mas não tínhamos isso. E o que acontecia? Tínhamos pequenos prémios que íamos dando por ano. Mas eram relativos a um livro, considerado melhor que os outros. Para mim, era uma avaliação duvidosa. Subjectiva. Avaliar a literatura, dizer que este livro é melhor que aquele... é estranho. Não entro muito nessa avaliação. Entendo que o livro é algo que alguém – quando se senta para escrever – sabe que tem uma mensagem para dar aos leitores. E o faz com toda a convicção de que vai transmitir uma mensagem que será recebida, sem nenhuma intenção de inverdades. Essa avaliação de que este é o melhor livro do ano, quando houve várias publicações, é mesmo questionável. Penso que se deveria encontrar outras formas de premiar os escritores. E não pôr os escritores à bulha, numa guerra. Porque quando alguém escolhe fazer a sua vida usando essa via já ponderou e não precisou de entrar em nenhum concurso. Não foi para ganhar aos outros, não é?

Quando surgiu a ideia de a Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO) sentar-se com a HCB e pedir um patrocínio para um prémio maior, que servisse para premiar o percurso de um escritor, aí acho que a AEMO acertou no alvo. No percurso, há cer-



tos indicadores daquilo que se pretende premiar. E se vai buscar o fulano, beltrano e sicrano que toda a gente sabe que caminharam, de facto, e ainda estão a caminhar. O percurso do escritor é que conta. A carreira do escritor. Aqui não há necessidade nenhuma de haver guerras, porque a pessoa que ganhou o prémio nem sabia que estava a ser avaliada, e os outros também desconheciam estar na lista. O júri deve manter-se calado. Penso que os prémios devem ser assim. E o júri tem de ser constituído por pessoas muito sérias. Isso é o que nos confere seriedade.

O Prémio José Craveirinha é, de facto, merecido. Nós sabemos quem é José Craveirinha. Em conversas soltas, sabemos que Craveirinha foi quem cantou a “Nação Moçambicana” antes dela existir. Ele até tem um poema que é o “Poema do Futuro Cidadão”, no qual diz: “eu venho de um país que ainda não existe”. Repare nesse “ainda não existe”. Significa que “há de existir”. Ainda há esperança. Craveirinha é, como se diz, o poeta dos vaticínios infalíveis. Vaticinou e aquilo que vaticinou aconteceu. Por isso, também acho que foi muito bem escolhido este nome para o Prémio

Nacional de Literatura. Sabemos, também, que José Craveirinha é, hoje, o poeta maior de Moçambique. É o maior. E é um herói nacional. Isso tudo assenta bem. Agora, a AEMO tem de saber tratar desta dívida que nós temos, saber acarinhar isto e fazer com que o prémio, de facto, esteja à altura dos escritores que distingue.

CS: O que o leva, de forma continuada, a escrever? Será necessidade, vocação ou inquietação?

JB: Não sou guloso. Mas essas três vertentes entram na minha forma de fazer literatura. Há vocação, sim. Lembro-me que antes de começar a escrever fui professor primário, exactamente na escola onde fiz o meu ensino primário. Na altura, não sabia que existia a literatura. Tinha outras obrigações. Devia estar sempre preparado para dar aulas. Como? Tinha os livros da escola e tinha de os ler e transformar numa linguagem perceptível para os alunos. Em casa, tinha de reescrever de forma mais fácil para explicar aos miúdos o seu significado. Mas não sabia que estava a chamar essa vocação. E aquilo era diário. Pegar num texto, tentar reduzi-lo, de for-

ma a explicar aos miúdos. Comecei assim. Lembro-me que quando entrei para a escola comecei com uma turma da 2.ª classe, depois 3.ª classe e, no ano seguinte, 4.ª classe, com a mesma turma. Quando já estavam na 4.ª classe, disse a brincar com os meus colegas: epá, eu vou ser escritor. Tinha 20 anos, mas já sabia, mais ou menos, o que significava ser escritor. Por isso mesmo digo: ali já havia vocação. Inclui a necessidade, mas não é bem forte. Acaba por entrar porque chega uma altura em que há situações que só podem ser transmitidas por um escritor – ou por um jornalista. Porque se não existirem essas pessoas para transmitir isso às outras pessoas, é como se não tivesse acontecido nada. Então, sendo escritor, entendi que ser escritor é ver situações e transmiti-las. Passou a ser uma necessidade da minha parte. Inquietação, porquê? Porque estamos a ter uma sociedade que, muitas vezes, se nega a compreender as coisas como devem ser feitas. A nossa sociedade entrou num ciclo difícil de entender. As pessoas não estão interessadas. E é pior agora. Estamos numa fase em que as pessoas não estão preocupadas com absolutamente nada. →

← Será que são culpadas? Não sei. Vemos muita gente nas ruas a encher os passeios com mercadorias. Os peões já não têm sítio para passar ou têm de passar pelas estradas, com risco de acidentes. Então, há uma inquietação aqui. Qual é o nosso papel como escritores? O que mais podemos fazer para ajudar na resolução destes problemas? Porque eu sei, você sabe, o governo é que tem de olhar para esses problemas. Sim, é o governo, sim, senhor. Mas o governo vai resolver esses problemas sem a ajuda dessas pessoas que estão ali sentadas na rua e nós outros como uns mirones? Qual é o nosso papel? Temos um governo, é legítimo, sim, senhor. Mas não devemos ficar à espera que o governo venha servir comida na mesa. Temos de fazer a nossa parte. Se queremos limpar as ruas, limpar toda a porcaria que existe aí, temos de dar o nosso corpo ao manifesto. Há essa inquietação real, porque é preciso educar essas pessoas. E quem vai educar? Esses não têm tempo de sair dali a correr para sentar no banco da escola e estudar. A escola, para muitos, é ali mesmo: na rua.

CS: A crítica costuma dividir a sua produção entre dois polos: a linguagem cuidada e a observação aguda do quotidiano. O que lhe interessa mais: a estética da frase ou o que a frase revela da sociedade?

JB: Simples: quero que a frase diga alguma coisa às pessoas. Mas também penso que todas essas situações são necessárias. Nós não podemos, de facto, andar a escrever de qualquer maneira. A estética é necessária, mas o que me interessa, em primeiro lugar, é ser verdadeiro naquilo que se escreve. Naturalmente, quando uma pessoa está a ler um livro, gostaria que fosse um livro agradável. O livro tem de nos distrair. Deve trazer verdade, sim, mas também um pouco de humor. A pessoa está a ler e dá para soltar um sorriso. Dá para estar sozinho ali a ler e tirar um sorriso. É por isso que muitos dizem “eu gosto de ler fulano”. A estética é necessária, mas não nos podemos agarrar a ela sem dizermos nada.

CS: Não acredita que haja uma estética moçambicana da escrita?

JB: Não. Nunca ouvi dizer que temos escolas literárias ou estéticas definidas. Cada um escreve como entende. Mas penso que a primeira preocupação do escritor é transmitir a mensagem aos leitores. Dentro dessa transmissão, que busque maneiras estéticas de dizer a coisa. Mas não pode a estética obliterar a mensagem. A mensagem tem de estar em primeiro lugar. A estética é necessária porque é ela que nos põe à boa disposição de lermos a mensagem. Não estou a dizer que os escritores que privilegiam a estética sejam maus. Disse há bocado: estamos a assistir ao surgimento de escritores muito bons, muito sérios, com quali-

dade. Isso significa que, naquilo que escrevem, estão esses dois componentes: a mensagem e a estética. A estética é necessária porque é ela que nos embeleza.

CS: Moçambique tem hoje uma nova geração de autores que escre-



ve num contexto muito diferente do seu. Sente-se em diálogo com essa geração? Que ecos reconhece nos novos caminhos literários?

JB: Penso que existe algum intercâmbio. Digo isso porque esses jovens que estão a surgir, a escrever, a publicar, não surgem de forma isolada. Estão integrados em grupos de jovens. Uns são de poesia falada, outros da prosa. Ninguém está isolado, está tudo integrado. Penso que também encontram, ao longo do caminho, o apoio de quem já percorre esse caminho há mais tempo. No que diz respeito a mim, por exemplo, já disse que tenho recebido jovens. Isso quer dizer que há um encontro entre a velha geração e a nova geração. Penso que há um encontro, e que pode avançar. Mas, como em tudo, há sempre alguém que tenta agitar aqui e ali.

CS: O ano de 2025 marca também os 50 anos da Independência de Moçambique e 50 da HCB, parceira da AEMO no prémio José Craveirinha. Como foi para si receber esta distinção num ano tão simbólico?

JB: Receber o prémio das mãos do Presidente da República, num ambiente festivo e com a presença de diversas áreas da sociedade moçambicana, foi uma experiência extraordinária que dificilmente se repetirá. Este é o terceiro prémio que recebo em Moçambique, depois de um concurso literário nos anos 80 e a medalha de

artes e letras do Estado de São Tomé, em 2019, ano em que também fui reconhecido em Portugal como Escritor do Ano. Mas, para mim, o maior prémio é o reconhecimento dos leitores, cada encontro na rua, o carinho e as palavras que troco com eles. Isso é o que me motiva a continuar a escrever.

Vida e carreira literária

Juvenal Bucuane nasceu a 23 de Outubro de 1951, em Xai-Xai, província de Gaza. É um escritor e poeta moçambicano, membro da AEMO, de que foi Secretário Geral. É Licenciado em Linguística pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Foi Coordenador da Revista Charrua e da página “Ler e Escrever”, do Jornal Domingo.

Escreveu para vários jornais e revistas, tais como Tempo, Notícias, Diário de Moçambique, Charrua, Forja, Diário de Sofia (Bulgária), Unimed e Diário de Pernambuco (Brasil). Dentre a sua vasta obra poética constam: “A Raiz e o Canto” (1985), “Requiem com os Olhos Secos” (1987), “Xefina” (1989), “Segredos da Alma” (1989), “Limbo Verde” (1992), “Desabafo e Outras Estórias” (2009), “Xefina e Zevo” (2009), “Miliciano e Outros Contos” (2009), “Crendices ou Crenças” (2012), “O Fundo Pardo das Coisas” (2015) e “Meu Mar” (2019).

Em 2016, foi homenageado pelo Município da Cidade de Maputo, no âmbito dos seus 30 anos de carreira e, em 2019, tornou-se Membro Honorário da CEMD (Círculo de Escritores Moçambicanos na Diáspora), baseada em Lisboa, Portugal.

Pub.

Corra pela saúde e bem estar
LÉGUA DA BEIRA 7ª EDIÇÃO

TRABALHADORES DA COM. COMUNIDADE PORTUARIARIA | FEDERADOS VETERANOS | ESTUDANTES POPULARES | CRONOMETRAGEM ELETRÓNICA, FEIRA DE SAÚDE, GINÁSTICA AERÓBICA, MÚSICA E MUITA DIVERSÃO

19.07.2025

PERCURSO: 7,2 KM

Ganhe Valiosos Prémios!

MASCULINOS & FEMININOS

TRABALHADORES COM. COMUNIDADE PORTUARIARIA	COLIGADA PORTUARIARIA	FEDERADOS
1º PRÉMIO: 25.000 MT	1º PRÉMIO: 25.000 MT	1º PRÉMIO: 25.000 MT
2º PRÉMIO: 20.000 MT	2º PRÉMIO: 15.000 MT	2º PRÉMIO: 15.000 MT
3º PRÉMIO: 10.000 MT	3º PRÉMIO: 10.000 MT	3º PRÉMIO: 10.000 MT

VETERANOS	ESTUDANTES	POPULARES
1º PRÉMIO: 20.000 MT	1º PRÉMIO: 25.000 MT	1º PRÉMIO: 25.000 MT
2º PRÉMIO: 20.000 MT	2º PRÉMIO: 15.000 MT	2º PRÉMIO: 15.000 MT
3º PRÉMIO: 10.000 MT	3º PRÉMIO: 10.000 MT	3º PRÉMIO: 10.000 MT

PROGRAMA: INSCRIÇÕES ABERTAS APAS

Data: 19 de Julho de 2025, Sábado
Local: Largo dos 25 (Diáspora da Beira)
Hora: 08:00 - 09:00 (Início da Corrida)
09:00-09:30 (Apresentação)
09:30: Partida

Idade de participação: 16 aos 70 anos

www.comedex.co.mz | leguadabeira2025@comedex.co.mz | (+258) 84 7495231 / 87 8727646

Cornelder de Moçambique S.A.

“Vada Voche”: da aurora ao rancor em Jeremias Nguenha

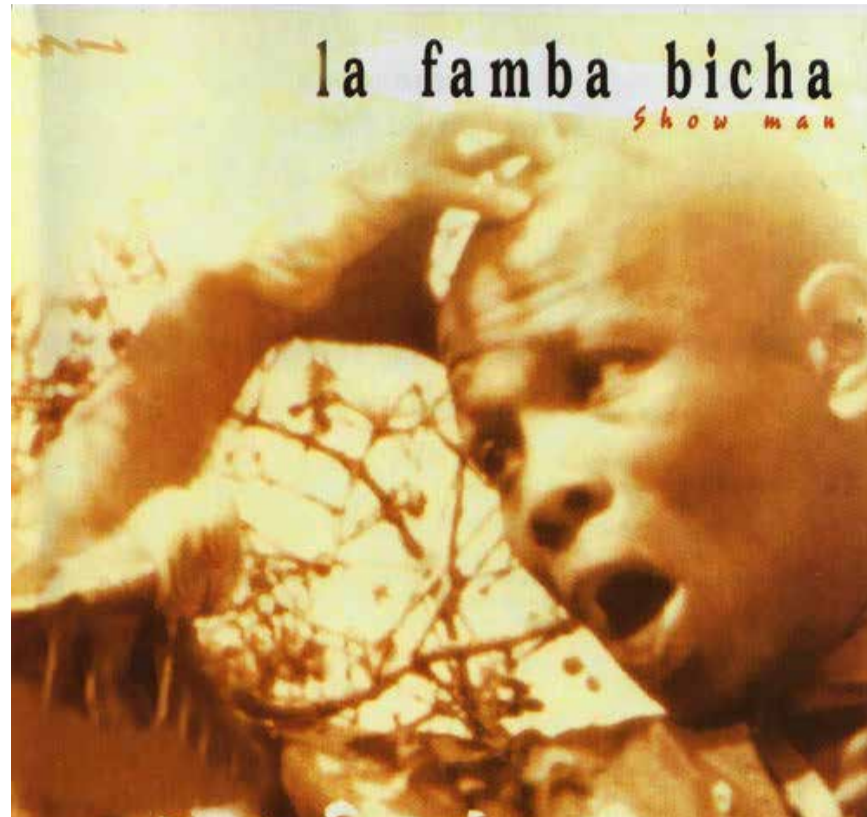
Já disse – e muito bem – o bloguista e escritor Niosta Cossa: “a Música Ligeira Moçambicana, desde o seu início, teve brilhantes poetas e excelentes lyricistas, contudo, Nguenha (e)levou a poesia a um outro nível. E deu um outro significado ao protesto. Onde Zeca Alage havia parado na contestação das desgraças da guerra civil, Jeremias Nguenha começou para protestar contra as injustiças sociais do Moçambique pacificado. E trouxe uma poesia tão vulgar e, simultaneamente, tão inteligente; poesia forte que criticava o poder vigente e, sem hipocrisia, se solidarizava com os carenciados e injustiçados; que a sua música acabou reduzida à sua poesia”.

Texto: Reinaldo Luís

“Vada Voche” é uma dessas poesias de combate, uma música de transição, do despertar para a revolta, da vigilância para o protesto. Numa fusão de Marrabenta e Muthimba, a letra começa com um conselho profético: abre os olhos. E termina com uma denúncia afiada: o poder come enquanto nós – os outros – choramos rios de angústias, desigualdades e fome.

Jeremias Nguenha constrói, aqui, um manifesto sonoro, com cadência e vibração, pincelando metáforas que queimam, que doem, que acordam. A linha entre o cabrito amarrado e o pato indefeso – que sustentam o segundo momento da música – é a linha que separa a vida da sobrevivência – e em Moçambique, muitos continuam a espremer o corte desta opressão.

“Vada Voche” não se escuta de ouvidos leves. É uma música que obriga a estar presente, que entra como bofetada e arde como verdade sabida, mas silenciada. É música, mas também é pro-
Pub.



fecia; é ritmo, mas também é denúncia.

Por isso, Jeremias não começa suave;

ele chega com a urgência dos que não têm tempo. A música abre com uma batida urgente e uma convocação firme: “não dorme com os olhos porque podem inflamar. Acorda e veja o nascer do sol...”. Não há gentileza, há ordem: levanta-te e sente o peso da vida real, o peso das batalhas que nos cercam. Ou desperta...e insurja-se. A metáfora é clara – olhos dormidos inflamam-se na ilusão. Se fecharmos os olhos para a beleza ou para as injustiças, seremos consumidos pelo incenso da passividade e pelo fogo da ignorância.

Em toda a sua extensão, esta música exige presença. É o aviso de que, mesmo ao nascer do sol, a guerra já está em curso – e que nem o dia nos salva da realidade. O ritmo, agressivo, estabiliza o pulso da canção: não há tempo para respirar fundo.

E quando tudo parecesse um simples alerta, Jeremias Nguenha rompe a melodia. Surge, agora, num tom quase dissonante. Surge a acusação clara. O abrigo simbólico da música se desfaz, e aquela voz sem nada de extraordinário – mas cruel – aponta para os poderosos: “comem sozinhos, limpam as bocas e nos ajudam a chorar”.

A melodia quebra a senóide. Os acordes desarranjam. A harmonia destabiliza-se. O compasso já não nos guia, arrasta-nos. É Jeremias a colocar o dedo em todas as feridas e a girar. Os que mandam sentam-se à mesa, comem, limpam as bocas e ainda fingem compaixão: choram connosco, mas

com o estômago cheio. E “azar é o meu que sou um pato, porque as galinhas vasculham” – irrompe!

Esta comparação é devastadora: os que nos deveriam proteger – ou as “galinhas” – são também os que nos procuram para tirar vantagem. Já os “patos”, seres vulneráveis, afundam na experiência amarga. São vítimas indefesas, a carne para o canhão, benéficas infecções do poder. São patos que, mesmo simulando mansidão, são incapazes de levantar voo. Verdadeiro símbolo da submissão forçada, da fome que consome sem que se possa reagir.

O pobre é pato, animal aquático, sensível, frágil. Anda com a cabeça baixa, nunca se impõe. Mas, enquanto isso, ao redor dele, as galinhas – rápidas, oportunistas – vasculham, roubam, consomem. Ele sobrevive. Elas prosperam.

Esta música, com um arranjo agressivo na primeira parte, baixa o tom no meio para que a letra penetre o fundo da mente, e depois sobe o volume ao reler as acusações – como se gritasse com a garganta, mas fizesse o golpe com precisão. A secção rítmica deixa o espaço para a palavra. E a voz de Jeremias não pede clemência. Dá facadas, golpes duros. E nunca implora. Pelo contrário, exige.

Nota a nota, Nguenha repete os versos, como que a sublinhar a dor. Não para se lamentar, mas para nos lembrar: “O cabrito come onde está amarrado”. Depois mergulha numa outra experiência de exclusão, oportunismo, corrupção. O cabrito amarrado é o trabalhador limitado, mas com sorte. Conquanto coma apenas o que alcança, consegue sobreviver onde foi colocado.

Em quase seis minutos de música, Jeremias dá corpo ao desabafo de uma geração – ou de um país inteiro. Uma nação que lutou para servir, mas não foi chamada. Que sonhou com mérito, mas viu o mérito devorado por laços de parentesco, corrupção, compadrio.

Nada aqui está desajustado. Mesmo no plano musical, tudo colabora. A voz é grave, rouca, quase saturada. A produção é tensa. Os espaços entre versos estão carregados de não-ditos. A estrutura parece resistir ao próprio arranjo, como se a música quisesse desmoronar sob o peso da verdade que carrega. E é apenas a verdade que carregou o menino de Mavalene, que perdeu a vida com apenas 35 anos de idade.

CARTAZ

CONCERTO | Dino Miranda em Concerto Íntimo e Inovador

O premiado músico moçambicano Dino Miranda apresenta um espectáculo especial em formato reduzido, acompanhado por um trio de músicos de excelência: Deodato na bateria, Soares nos teclados e Byden no baixo.

Após recentes turnês pela Europa e África do Sul, Dino regressa aos palcos com um concerto fora do seu formato habitual, trazendo novas abordagens às suas composições. Esta apresentação íntima, a acontecer no dia 25 de Julho, às 19h00, no Gil Vicente, propõe uma viagem sonora entre Afro-Pop, Marrabenta e fusões contemporâneas, revelando a versatilidade e profundidade do seu repertório.



DIVERSIDADE | Campo de Férias

O Centro Cultural Franco-Moçambicano tem o prazer de anunciar que o Campo de Férias está de volta para animar as férias das crianças com muita criatividade e diversão!

Durante os meses de Julho e Agosto, preparamos um programa especial com actividades que vão ocupar os mais novos com aprendizagens e momentos inesquecíveis.

Em Julho, as semanas são marcadas pelo ritmo, sabores e histórias:

> Semana 1 (14 a 18): Música – Ritmo e Voz em Festa
> Semana 2 (21 a 25): Cozinha – Sabores da Nossa Terra
> Semana 3 (28 a 1): Teatro – Era uma vez... Moçambique

Em Agosto, a festa continua com novos sons, sabores e encenações mágicas:

> Semana 1 (4 a 8): Música – Os Sons da Liberdade
> Semana 2 (11 a 15): Cozinha – Sabores que Celebram
> Semana 3 (18 a 22): Teatro – Franco Mágico



OFICINA | Desatar Silêncios

De 15 de Julho a 12 de Agosto, todas as terças, das 18h às 20h, na Biblioteca da Fundação Fernando Leite Couto, um espaço seguro e criativo onde mulheres criam, se escutam e se reescrevem, através do corpo e da voz, Énia Lipanga, Isabel Jorge e Sufaida Moyane propõem cinco sessões de práticas expressivas com o objectivo de explorar narrativas pessoais e colectivas.



WORKSHOP | Despertando o Artista em si

Descubra o artista que há em si! Aprenda a desenhar com técnica e confiança, desenvolva seu talento e transforme sua arte numa fonte de renda extra. Não perca a oportunidade de se conectar com a arte e os artistas num lugar só.

Será no Jardim dos Professores, no dia 26 de Julho, às 9h00.



INFANTIL | Criançolândia-Nossa versão

Uma história contada por vozes pequenas, mas cheias de grandeza.

Num cantinho do continente africano, entre embaraços e sonhos, as crianças sobem ao palco para recontar, com leveza e criatividade, o surgimento de Moçambique.

Uma peça dinâmica, divertida e emocionante — que revela a criação de uma nação símbolo de resistência, memória e esperança. Será no dia 19 de Junho, às 12h00, na Fundação Fernando Leite Couto.



SARAU | Palavras São Palavras

Está preparado para o Palavras São Palavras? Venha ver o melhor da Poesia Falada, Música Acústica, Teatro, Dança, Stand Up Comedy, Arte Circense. Será no dia 24 de Julho, às 17h30, na Galeria Kulungwana, na Estação Central, Praça dos Trabalhadores, Maputo.

Os dois melhores poetas ganham vaga para a 5.ª eliminatória da 7.ª edição do MOZ SLAM (Campeonato Moçambicano de Poesia Falada).



TEATRO | AS SUBSTITUTAS

Quatro mulheres. Uma comédia sombria. Uma crítica social com muito o que dizer. Baseada no texto original "Another One's Bread", do sul-africano Mike van Graan, a peça encenada por Isabel Jorge traz à cena um grupo peculiar: profissionais do luto contratadas para funerais.

Entre humor ácido e reflexões profundas, o espectáculo fala de fome, desigualdade e empoderamento feminino com teatralidade, humanidade e impacto. Uma peça para rir... e pensar.

Será no dia 25 de Julho, às 18h00, na Fundação Fernando Leite Couto.



MÚSICA | Rock'nazona

Uma jornada de rock pelas zonas de Maputo e, em breve, por todo Moçambique! Começamos na nossa casa mãe com uma noite CARREGADA de energia: LINE-UP IMPERDÍVEL – SCRATCH, AMADJONGUANY, NEVOA DO DESERTO.

E não podiam faltar os nossos manos da fronteira, vamos cantar mais uma vez *Pfumela.

No dia 26 de julho de 2025, às 19h, no Gil Vicente Café e Bar, em Maputo.



Governar é sonhar com audácia



Por: Alexandre Chaúque

Pouco antes de terminar o mandato de Filipe Nyusi, como presidente da República de Moçambique, publiquei um texto neste espaço a questionar a Carlos Mesquita se ele sentia-se orgulhoso em chegar ao fim de um ciclo onde ele era ministro das Obras Públicas sem ter reabilitado a EN1 conforme tinha prometido. Eu não sei se Mesquita sentiu-se ou não desconfortável com a pergunta que eu fazia por via de uma crónica publicada neste jornal. É provável que tenha ficado, pois o seu assessor de imprensa reagiu através de uma chamada telefónica tentando justificar algo tão profundo. E doloroso.

Depois publiquei outro texto, não a perguntar ao Presidente Daniel Chapo, mas a pensar que ele saía de Inhambane sem ter conseguido restaurar um troço crítico de vital importância de cerca de 30 km, que liga Lindela e a cidade onde está montado o seu gabinete de trabalho e onde morava também. Desta vez ninguém reagiu.

Mas eu devia ter ido mais a fundo e confrontar o Presidente Chapo com uma situação lamentável que está a acontecer na urbe, que se caracteriza pelo desfiguramento da cidade, pela destruição da sua arquitectura e consequentemente da história com elementos profundos do tempo da escravatura. Aqui havia um pórtico dos escravos, cujo monumento está por demais negligenciado.

Já houve planos de alargamento da cidade, primeiro para a zona de Nhampossa – um lugar esplendoroso e de grande cobiça – e depois para Chamane. Até porque houve uma grande euforia no princípio, com fundações para aquilo que seria o edifício da Procuradoria Provincial em Nhampossa. Em Chamane também foram dados alguns passos fisicamente, com sinais de abertura de vias de acesso, mas tudo isso esfumou-se sem qualquer justificação pública.

Seria um sonho de grandeza política notável se tivesse havido a materialização desse projecto, porém fracassou ainda no primeiro degrau, e agora já nem se fala do assunto. E o que restou como alternativa é voltar atrás e congestionar a cidade com novos edifícios que podiam iniciar a parte nova da cidade e assim teríamos uma história para contar. Mas faltou audácia, e eu não sei se o Presidente Chapo tem orgulho desse fracasso, como ex-governador de Inhambane.

Estou a falar da minha cidade, aqui onde eu moro e onde eu nasci. Falo porque estas feridas, que vão sendo abertas por falta de sonhos sólidos e de futuro, violentam-me como se fosse a minha alma a ser atormentada, a aurora parece estar longe por demais. E a cidade de Inhambane **não compactua com prédios altos**, muito menos com a substituição de edifícios do tempo passado. Se quiserem fazer isso, façam-no noutro lugar, em novos lugares como Nhampossa e Chamane.

Governo ainda sem data para reabilitação da EN1



Há cerca de três anos que o Governo projecta a reabilitação da Estrada Nacional Nº. 1 (EN1), a via que liga o Norte do país, em Pemba (Cabo Delgado), ao Sul, em Maputo, atravessando seis capitais provinciais estratégicas, garantindo a logística nacional, numa extensão de 2.477 km. Contudo, desde o anúncio do projecto em Agosto de 2022, o Executivo continua sem data para o arranque das obras. Em causa está a falta de dinheiro.

Adolescente mata colega à facada na Escola Básica Matola-Gare



Um adolescente esfaqueou dois colegas na Escola Básica da Matola-Gare, província de Maputo, na passada quinta-feira, causando a morte de um jovem de 15 anos e ferimentos graves noutro, que teve de receber nove pontos na barriga.

Evadidos da BO: identificados três dos reclusos assassinados na Matola



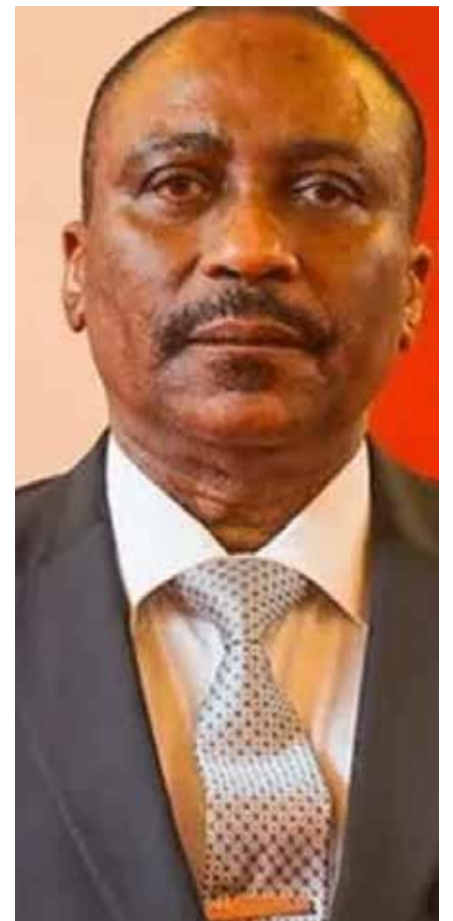
O Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) diz já ter identificado três dos quatro criminosos mortos a tiro na passada sexta-feira (04), num suposto confronto com a Polícia, na cidade da Matola, província de Maputo. Todos os três escaparam da prisão de segurança máxima de Maputo numa fuga em massa em Dezembro, durante os distúrbios pós-eleitorais. Um dos fuggitivos foi identificado como Amade Mabunda, que cumpria pena de 24 anos de prisão pelo assassinato do procurador Marcelino Vilanculos em 11 de Abril de 2016. Os outros dois corpos identificados pelo SERNIC pertenciam a Rachid Khan, acusado de participação em sequestros e Constantino Cossa, preso por posse de armas proibidas e conspiração criminosa.

Moçambique com elevada taxa de fecundidade



Moçambique possui uma elevada taxa de fecundidade, principal factor de crescimento populacional. A informação consta de um relatório sobre a Situação da População Mundial 2025, lançado na terça-feira (08), em Maputo. A taxa de fecundidade é mais alta na província do Niassa, com 6,8 filhos por mulher, seguida de Cabo Delgado, com 6,2, enquanto a província de Maputo regista a taxa mais baixa, com 2,8.

Ex-ministro Pascoal Ronda na PGR "às escondidas"



Depois de Bernardino Rafael, ex-Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM), ouvido na segunda-feira, na quinta-feira foi a vez da Procuradoria-Geral da República (PGR) ouvir o ex-Ministro do Interior, Pascoal Ronda, também no âmbito da actuação violenta da Polícia durante as manifestações pós-eleitorais. Tal como se verificou na segunda-feira, a audição de Ronda foi secreta. A informação circulou momentos após o início da sua audição, de cuja entrada e saída do edifício da PGR foram feitas pela porta dos fundos, tal como Bernardino Rafael.

CARTA DA SEMANA

Com revista de **LOGÍSTICA** & supply chain

Ficha Técnica

<p>Director: Marcelo Mosse</p> <p>Editor Executivo: Milton Machel</p> <p>Redacção: José Machicane, Evaristo Chilingue (Logística & Supply Chain), Lúcia Mucave</p> <p>Colunistas: Alexandre Chauque, Elísio Macamo, Mía Couto, Nando Menete, Nelson Saúte, Jorge Ferrão, Denise Cortês-Keyser (Logística & Supply Chain), Ivanick Lopandza, Hélio Guiliche e Sérgio Raimundo.</p>	<p>Colaboradores permanentes: Renato Caldeira (Desporto) Reinaldo Luís (Cultura & Diversão), Elina Eciate (Nampula), Albino Mahumana (Fotografia)</p> <p>Administração e vendas: Delfim Maciel</p> <p>Grafismo, marketing e publicidade: Guy Mosse</p> <p>Agências: AIM e LUSA</p> <p>"Carta da Semana" é uma publicação da "Carta de Moçambique Sociedade Unipessoal", e está registada legalmente sob o número: 09/GABINFO-DEPC/2024,</p>	<p>CONTACTOS Sede: Av Ngungunhane, Nº 155 MATOLA - MOÇAMBIQUE Telefone: 00 258 82 9811780 WhatsApp: 00 258 82 9811780 Email: carta@cartamz.com Webpage: www.cartamz.com Caixa postal : 704</p> <p>Número de Registo de Entidades Legais: 21571/11/01/PS/2018</p> <p>Número de contribuinte fiscal: 400912319</p>
---	---	---

Pub.

O MELHOR DA INTERNET

43 GB PARA TERES ACESSO TOTAL AO MUNDO VIRTUAL
POR 1200MT TENS CHAMADAS & SMS ILIMITADAS+ 43 GB VÁLIDOS POR 30 DIAS.

*123# OPÇÃO 3

4-5

Termos e condições aplicáveis

tmcel